

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

CAMILA MACHADO RAIMUNDO

O *Homo Economicus* vai às Urnas: efeitos da economia no comportamento eleitoral nas eleições presidenciais brasileiras

MARINGÁ
2021

CAMILA MACHADO RAIMUNDO

O *Homo Economicus* vai às Urnas: efeitos da economia no comportamento eleitoral nas eleições presidenciais brasileiras

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Rafael da Silva.

MARINGÁ
2021

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

R161h

Raiumundo, Camila Machado

O homo economicus vai às urnas : efeitos da economia no comportamento eleitoral nas eleições presidenciais brasileiras / Camila Machado Raiumundo. -- Maringá, PR, 2021. 89 f.: il., tabs.

Orientador: Prof. Dr. Rafael da Silva.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2021.

1. Eleições presidenciais - Brasil. 2. Eleitor - Avaliação. 3. Voto econômico. 4. *Homo economicus*. 5. Política - Brasil. I. Silva, Rafael da, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

CDD 23.ed. 324.981

CAMILA MACHADO RAIMUNDO

O Homo Econômicus Vai às Urnas: efeitos da economia no comportamento eleitoral nas eleições presidenciais brasileiras

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

COMISSÃO JULGADORA



Prof. Dr. Rafael da Silva
Universidade Estadual de Maringá (Presidente)



Prof. Dr. Ednaldo Aparecido Ribeiro
Universidade Estadual de Maringá (UEM)



Prof. Dr. Cintia Pinheiro Ribeiro de Souza
Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

Aprovada em 21 de maio de 2021

Realizada por videoconferência conforme Resolução nº 026/2020 – PGC

AGRADECIMENTOS

A Deus, que no seu infinito amor e misericórdia me concedeu a dádiva da vida, pois debaixo de sua providência tenho caminhado, de acordo à sua vontade e pelo cumprimento de suas promessas. Do alto recebi força e ânimo nos momentos nos quais parecia impossível suportar e superar.

Aos meus pais, Ledamarta e Wilson, em especial à minha mãe pelo amor, preocupação e cuidado. Meu exemplo de força e dedicação. Com eles aprendi os princípios e a formação do meu caráter. À minha irmã Caroline e toda a minha família pela afeição eterna.

A minha amiga Maria Virgínia, presente que a vida me deu quando mudei para Maringá, pelos *happy hours* e pelas risadas, com quem pude contar e compartilhar as angústias da minha jornada e muitas vezes me consolou, me incentivou e me ajudou.

Ao corpo docente e técnico do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UEM, pela oportunidade de ampliar meus horizontes de conhecimentos na linha de pesquisa em ciência política. Em especial aos professores com os quais cursei disciplinas: Eide Abreu, Carla Almeida, Celene Tolella, Meire Mathias, Éder Gimenes, Ednaldo Ribeiro, Rafael da Silva, contribuindo com toda a bagagem e conhecimento.

Ao meu orientador, Rafael da Silva, que acreditou em mim e no meu potencial, pelo respeito à minha rotina de trabalho, pelos apontamentos, correções e autonomia concedida durante a dissertação.

Aos professores Ednaldo Ribeiro e Eder Gimenes, pela leitura e apontamentos concedidos que contribuíram para aprimorar minha pesquisa na banca de qualificação.

A prof.^a Cintia Pinheiro, pelo aceite para compor a banca de defesa da minha dissertação e pelas contribuições decorrentes de sua participação. Ao prof. Ednaldo pelo aceite em contribuir novamente com a minha pesquisa como membro da banca de defesa.

A todos professores que passaram pela minha trajetória acadêmica, me inspiraram e foram significativos em minha formação.

Aos amigos, amores, dissabores, alegrias, tribulações, escolhas e decisões, que reunidos ajudaram a formar quem eu sou.

Que o futuro seja incrível!!!

“Mas agora, assim diz o Senhor que te criou, ó Jacó, e que te formou, ó Israel: Não temas, porque eu te remi; chamei-te pelo teu nome, tu és meu. Quando passares pelas águas, eu serei contigo; quando pelos rios, eles não te submergirão; quando passares pelo fogo, não te queimarás, nem a chama arderá em ti. Porque eu sou o Senhor teu Deus, o Santo de Israel, o teu Salvador.”

O *Homo Economicus* vai às Urnas: efeitos da economia no comportamento eleitoral nas eleições presidenciais brasileiras

RESUMO

Os últimos vinte anos no Brasil foram marcados por profundas oscilações econômicas, alternando cenários de estabilidade e instabilidade. Nesse sentido, emerge o propósito deste trabalho de analisar os efeitos comparativos do voto econômico considerando contextos de estabilidade e instabilidade econômica na definição de voto do eleitor em eleições presidenciais brasileiras. Para tanto, esta pesquisa adota como procedimento metodológico a análise de regressão logística multinomial no intuito de testar a variável econômica e sua relação na decisão de voto dos eleitores nas eleições de 2014 e 2018 para presidente. A priori a literatura aponta para a influência da economia na decisão do voto no centro do debate político e movimenta estratégias de governo e oposição nas eleições nacionais, além disso, é possível afirmar que o eleitor vota para presidente buscando melhorias econômicas para si e para o país e a avaliação que realiza guarda forte correspondência com aspectos centrais do estado efetivo da economia. Isso é confirmado após a análise de regressão no comportamento das eleições presidenciais de 2014 quando avaliar bem a economia, torna o eleitor menos propenso a votar no candidato da oposição e evidencia que a decisão de votar para presidente dependeu da avaliação retrospectiva da economia. Por sua vez, ao considerar as eleições presidenciais de 2018, a avaliação da economia não alcançou significância em nenhum dos casos, sinalizando para a necessidade de um olhar que excede o escopo do voto econômico, trazendo um caráter peculiar e de fim de ciclo, que rompe com o padrão estabelecido e pode ser denominada como uma eleição disruptiva.

Palavras-chave: Eleições Presidenciais. Avaliação do eleitor. Voto econômico.

The *Homo Economicus* goes to the urnes: effects of the economy on the electoral behavior in the brazilian presidential elections

ABSTRACT

The last twenty years in Brazil have been marked by profound economic oscillations, alternating scenarios of stability and instability. In this sense, the purpose of this work to analyze the comparative effects of economic voting emerges considering contexts of stability and economic instability in the definition of voter voting in Brazilian presidential elections. To this end, this research adopts as a methodological procedure the analysis of multinomial logistic regression in order to test the economic variable and its relationship in the voters' voting decision in the 2014 and 2018 elections for president. A priori the literature points to the influence of the economy in the decision to vote in the center of the political debate and moves strategies of government and opposition in the national elections, in addition, it is possible to affirm that the voter votes for president seeking economic improvements for himself and for the country and the assessment that performs strongly corresponds to central aspects of the effective state of the economy. This is confirmed after the regression analysis in the behavior of the 2014 presidential elections when assessing the economy well, makes the voter less likely to vote for the opposition candidate and shows that the decision to vote for president depended on the retrospective assessment of the economy. In turn, when considering the 2018 presidential elections, the evaluation of the economy did not reach significance in any of the cases, signaling the need for a view that exceeds the scope of the economic vote, bringing a peculiar and end-of-cycle character, which breaks with the established pattern and can be termed as a disruptive election.

Keywords: Presidential elections. Voter evaluation. Economic vote.

LISTA DE QUADRO

Quadro 1 – Tipologia do voto econômico.....	28
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Variáveis encontradas na literatura nacional e internacional.....	49
Tabela 2 –	Dados macroeconômicos e avaliação momentânea, retrospectiva e prospectiva da economia.....	57
Tabela 3 –	Avaliação da economia.....	58
Tabela 4 –	Variáveis codificadas.....	62
Tabela 5 –	Voto para presidente/a no primeiro turno.....	63
Tabela 6 –	Avaliação retrospectiva sobre a situação econômica do país (há 12 meses).....	63
Tabela 7 –	Cruzamento do voto para presidente e avaliação retrospectiva sobre a situação econômica do país.....	64
Tabela 8 –	Voto para presidente/a no primeiro turno.....	64
Tabela 9 –	Avaliação retrospectiva sobre a situação econômica do país (há 12 meses).....	64
Tabela 10 –	Cruzamento do voto para presidente e avaliação retrospectiva sobre a situação econômica do país.....	65
Tabela 11 –	Regressão logística multinomial.....	66
Tabela 12 –	Voto para presidente (2014).....	80
Tabela 13 –	Avaliação retrospectiva da economia.....	80
Tabela 14 –	Sentimentos partidários.....	80
Tabela 15 –	Modelo sexo.....	80
Tabela 16 –	Modelo faixa de idade.....	81
Tabela 17 –	Escolaridade.....	81
Tabela 18 –	Faixa de renda familiar.....	82
Tabela 19 –	Região.....	82
Tabela 20 –	Voto para presidente (2018).....	83
Tabela 21 –	Avaliação retrospectiva da economia.....	83
Tabela 22 –	Sentimentos partidários.....	83
Tabela 23 –	Modelo sexo.....	83
Tabela 24 –	Modelo faixa de idade.....	84
Tabela 25 –	Escolaridade.....	84
Tabela 26 –	Faixa de renda familiar.....	85
Tabela 27 –	Região.....	85
Tabela 28 –	<i>Model Fitting Information</i>	86
Tabela 29 –	<i>Pseudo R-Square</i>	86
Tabela 30 –	<i>Likelihood Ratio Tests</i>	86
Tabela 31 –	<i>Parameter Estimates</i>	87
Tabela 32 –	<i>Model Fitting Information</i>	88
Tabela 33 –	<i>Pseudo R-Square</i>	88
Tabela 34 –	<i>Likelihood Ratio Tests</i>	88
Tabela 35 –	<i>Parameter Estimates</i>	89

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CESOP	Centro de Estudos de Opinião Pública
ESEB	Estudo Eleitoral Brasileiro
LAPOP	Latin American Public Opinion Project
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PIB	Produto Interno Bruto
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
SPSS	<i>Statistical Package for the Social Science</i>
STF	Supremo Tribunal Federal
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 TEORIA DA ESCOLHA RACIONAL E A EMERGÊNCIA DO VOTO ECONÔMICO	17
3 VOTO ECONÔMICO: A CONSOLIDAÇÃO E EXPANSÃO DE UMA AGENDA DE PESQUISA	29
3.1 VOTO ECONÔMICO EM DEMOCRACIAS DESENVOLVIDAS	29
3.2 O VOTO ECONÔMICO NAS JOVENS DEMOCRACIAS: AMÉRICA LATINA E O CASO ESPECÍFICO DO BRASIL	35
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ANÁLISES	50
4.1 AS CONJUNTURAS ECONÔMICAS DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS E AS AVALIAÇÕES DOS ELEITORES	51
4.2 O VOTO ECONÔMICO NAS ELEIÇÕES DE 2014 E 2018	60
5 CONCLUSÃO	70
REFERÊNCIAS	73
APÊNDICES	79

1 INTRODUÇÃO

A relação entre eleições e variações econômicas é amplamente analisada tanto pela Ciência Política quanto pela Economia. De forma geral, podemos dividir os estudos sobre essa relação em duas abordagens: a primeira analisa os impactos da saúde da econômica nas decisões eleitorais dos cidadãos, que com seus votos, aprovam ou desaprovam governos (FIORINA, 1981; KEY JR (1966 *apud* CAMARGOS, 1999; JOHNSTON; PATTIE, 2001; VEIGA; VEIGA, 2004; CAMARGOS, 2009; MARTINS, 2010; RATTO, 2013; PEREIRA, 2014b; SINGER, 2015; MARTINS, 2017; LEWIS-BECK; LOBO, 2017).

A segunda, aborda a forma como governos eleitos definem suas ações e medidas em economia, em função do grande objetivo dos partidos e políticos, vencer eleições. Para isso, exercem um amplo controle sobre a agenda econômica, de forma a propiciar um ambiente favorável à evolução da economia por meio da condução da política macroeconômica, agindo oportunamente, manipulando o período pré-eleitoral. Em geral, as decisões tomadas visando a manutenção de um bom cenário econômico até as eleições, alcançam os objetivos, porém, a médio e longo prazo produzem efeitos contrários, que deprimem a economia (ECHEGARAY, 1995; FIALHO, 1997; BORSANI, 2003; REMMER, GÉLINEAU, 2003).

Por sua vez, na medida em que a situação econômica afeta o nível de renda e as oportunidades de trabalho dos cidadãos, ocasiona impacto nas decisões eleitorais (BORSANI, 2003). Segundo Pereira (2014b), o voto econômico corresponde às variações nas percepções que os indivíduos possuem a respeito da economia, e como elas acabam por alterar os valores que atribuem aos candidatos e por consequência, as probabilidades de que votem em cada um deles, demarcando a relação entre avaliação da economia e a decisão do voto. Assim, e nessa agenda, a do voto econômico, que essa dissertação está situada, e a premissa básica dela é a da influência da saúde da economia na decisão de voto do eleitor.

O comportamento eleitoral é estudado de forma sistemática desde a primeira metade do século passado. De lá para cá, consolidaram-se três grandes modelos de decisão do voto, que buscam explicar as escolhas eleitorais nas democracias espalhadas pelo mundo, a saber: a perspectiva sociológica, a perspectiva psicológica/psicossociológica e a perspectiva racional. A abordagem sociológica, desenvolvida ao longo da década de 40, ficou conhecida como Modelo de Columbia, e pressupõe que o voto seja determinado pelas características sociológicas dos eleitores, baseados em um modelo de sociedade com forte estratificação social, clivagens e grandes divisões sociais como determinantes na escolha eleitoral (LAZARFELD *et al.*, 1944 *apud* RATTO, 2013).

Nessa perspectiva sociológica, a inserção do indivíduo em um determinado grupo social, lhe confere uma certa identidade de caráter estável que impacta o seu comportamento, inclusive o eleitoral. Isto é, mesmo considerando-se um ato objetivo individual, o eleitor define suas preferências políticas e a escolha eleitoral com base em como ele é socialmente. E devido a isso, as interações e pressões sociais vivenciadas pelos indivíduos junto aos grupos assumem relevância na compreensão das preferências políticas dos eleitores (FIGUEIREDO, 2008 *apud* SILVA, 2016). Conforme aponta Silva (2016, p. 31) características demográficas como, por exemplo, sexo, idade, renda, escolaridade, raça, religião e o local de moradia são “traços fundamentais que antevêm os grupos sociais de pertença” e os direciona dependendo do perfil, para determinados grupos, e, portanto, se comportam como preditores do comportamento eleitoral. Essas características ajudam a promover diferenciações e clivagens no mundo social que são “refletidas para a esfera política, cuja transmissão é geracional, como herança social”. A escola sociológica está voltada para as escolhas e ações dos indivíduos que se dão face a um ambiente cultural e coletivo que molda suas opções e preferências a um leque específico de possibilidades.

No que diz respeito a abordagem psicológica, conhecida como o modelo de Michigan, surgiu na década de 60, e se concentrou em explicar o voto com base nas influências psicológicas no ato de votar, levando em consideração as características atitudinais e comportamentais do eleitor, como por exemplo, identificação partidária ou ideológica (RATTO, 2013). Nesse sentido, o efeito dos fatores que levam ao comportamento é expresso nas atitudes do indivíduo em relação aos elementos da política, como candidatos presidenciais, questões de interesse de grupo, questões de política interna e externa e desempenho dos partidos (CAMPBELL *et al.*, 1960).

Nessa perspectiva psicológica, ao votar, o indivíduo, segundo Campbell *et al.* (1960), age em direção a um mundo político cujos objetos, percebe e avalia em sua mente, resultando em uma visão concebida dos candidatos, partidos e diferentes questões políticas que exercem forte influência em sua tomada de decisão, pois a maneira como o eleitor percebe e se relaciona com o mundo político e suas instituições, formam os preditores de sua escolha eleitoral. Dessa forma, a importância das percepções políticas depende, em grande parte, do caráter avaliativo que o indivíduo realiza, já que a imagem dos partidos e candidatos não é neutra, todavia, o fato de ser influenciada por sentimentos positivos ou negativos confere grande importância motivacional para o comportamento do eleitor. Além disso, a decisão do voto é resultante de elementos originados pelo comportamento eleitoral construídos no decorrer da vida do eleitor, como grupo social, interesse pessoal, identificação partidária, ideologia, religião, sistema de

valores, avaliação dos candidatos e governos, características pessoais dos políticos, mídia e emoções (SANTOS, 2015). Resultante da socialização com o meio ambiente decorrem mecanismos de identificação para determinados partidos, possibilitando estabelecer uma ordem de preferência e a conversão em votos. Nesta perspectiva, não é desconhecida a relevância das características sociológicas, contudo, o condicionamento é mediado por identificações partidárias e ideológicas (RATTO, 2013).

Já a abordagem racional, da qual deriva a agenda de discussão do voto econômico, tem seus primórdios com o pensamento de Max Weber ao discutir sobre a Interpretação Racional e Causalidade Histórica, publicado entre 1903-06, na qual o autor delinea a peculiaridade da interpretação racional, mediante duas categorias, sendo de meios e fins, na qual a ação humana é compreendida como condicionada por fins conscientes e desejados e no claro conhecimento dos meios. A relação entre meios e fins se dá pela relação racional, na qual “não existe nenhuma ação racional sem racionalização causal do recorte da realidade, tomado em consideração como objeto e meio da influência”, isto é, sem o seu devido enquadramento em um conjunto de regras empíricas que indicam que resultado de um determinado comportamento se pode esperar (WEBER, 2010, p. 15). Além disso, atuar de acordo com os fins permite que se possa agir com base no exame de diversas possibilidades de um “desenrolar futuro no caso da realização de cada uma das ações (ou omissões) pensadas como possíveis” (WEBER, 2010, p. 18).

Mais à frente, contribui com a discussão o pensamento de Joseph Schumpeter em sua obra *Capitalismo, Socialismo e Democracia* datada originalmente de 1950, nela o autor aponta que a vontade do povo seria o resultado do processo político e não a primeira razão dele. O autor apresenta esforços para se compreender a relação política e o processo eleitoral sob a ótica de um mercado competitivo, no qual pairam diversos interesses e disputas entre eleitores, partidos e lideranças políticas. Aplicando a argumentação à política, é preciso partir da “luta competitiva pelo poder e cargos e compreender que a função social é preenchida apenas incidentalmente, por assim dizer, da mesma maneira que a produção é incidental à obtenção do lucro” (SCHUMPETER, 1961, p. 336).

Mais adiante, com a obra fundante de Anthony Downs (1957) sobre a teoria econômica da democracia, Downs incorpora o pensamento de Schumpeter ao afirmar que o propósito político das eleições numa democracia centra-se na seleção de um governo, sendo que um comportamento racional vinculado às eleições está orientado somente para esta finalidade. Nesse cenário existe o homem político e racional, que analisa cada situação que se apresenta com um olhar nos ganhos a serem obtidos e outro nos custos, exercendo uma delicada capacidade de equilibrá-los e sendo guiado por um forte senso de ação racional, “eficientemente

planejada para alcançar os fins econômicos ou políticos conscientemente selecionados” por esse ator (DOWNS, 1957, p. 41). Essa perspectiva pressupõe o eleitor como um ator racional que atua analisando e calculando os benefícios e custos que cada candidato poderia proporcionar buscando nas eleições um meio de selecionar o governo que lhe será mais benéfico (RATTO, 2013; DOWNS, 1957). Conforme aponta Pereira (2014b), desde então, a ciência política tem incorporado as percepções econômicas dos eleitores como um elemento central para a teoria da decisão do voto e sobretudo, como um indicador referente ao quanto o eleitorado é capaz de fazer sentido para a política do seu país.

A perspectiva racional, a qual esta pesquisa de dissertação está centrada, será mais bem desenvolvida no referencial teórico acerca do voto econômico. Considerando algumas perspectivas sob a ótica do voto econômico, é possível afirmar que o eleitor possa assumir alguns comportamentos: i) eleitor satisfacionista com base na teoria defendida por Key Jr. (1966 *apud* CAMARGOS, 1999), Kramer (1971) e Fiorina (1981), considera a análise de que se o desempenho da parte titular for satisfatório, o eleitor vota para manter a parte governante em exercício, caso contrário, vota contra o titular e apoia o partido da oposição; e ii) eleitor maximizante com base na teoria proposta por Downs (1999), pressupõe que o eleitor racional compara a renda de utilidade recebida com a aquela que estaria recebendo caso o governo ideal estivesse no poder, tomando a decisão de qual governo lhe proporcionaria maiores benefícios. Este eleitor, avalia o passado e projeta o futuro a partir das opções do mercado eleitoral. O ato de punir ou premiar está presente no comportamento do eleitor satisfacionista e no maximizante, o que os diferencia está na forma de chegar ao resultado da punição/premiação.

Cabe ressaltar que na literatura sobre voto econômico é predominante o comportamento que os eleitores tendem a punir ou recompensar seus governantes por meio do voto, de acordo com o estado da economia (SANTOS, 2015; LEWIS-BECK, LOBO, 2017, CAMARGOS, 2009). Fiorina (1981) e Key Jr. (1966 *apud* CAMARGOS, 1999), apontam que o eleitor se comporta como se fosse um juiz ao identificar se a economia segue numa crescente os governantes ganham mais votos, caso contrário, se a economia entra em recessão, a oposição é a favorecida. Além disso, os eleitores avaliam de diferentes maneiras, podendo se utilizar de referências temporais (retrospectiva, momentânea e prospectiva) e referências espaciais (pessoal, sociotrópica e egotrópica), sendo: retrospectiva ou prospectivamente, egotropicamente ou sociotropicamente e essas avaliações os levam a recompensar ou punir o governo nas urnas (PEREIRA, 2014b; LEWIS-BECK; LOBO, 2017).

A teoria do voto econômico demonstra que a relação entre economia e voto não é uma constante, pois são necessárias algumas circunstâncias para que essa relação seja de maior ou

menor intensidade. Um fator seria a clareza de responsabilidade, no qual o eleitor exerce a capacidade de responsabilizar o titular no governo pelos resultados das medidas econômicas, especialmente à figura do presidente (CAMPELLO, 2019). Nesse sentido, em um contexto no qual ocorra maior controle sobre o governo pelo mandatário, é provável que o cidadão atribua a responsabilidade pelos resultados econômicos e políticos aos titulares, exibindo propensões mais fracas ao voto econômico. Por outro lado, a existência de certa recorrência ou não de crises, acaba por alterar a sensibilidade do eleitor em relação ao desempenho econômico, pois onde ocorrem crises recorrentes, a relação entre economia e voto é mais forte do que em países onde as crises são eventuais, pois em ambientes onde os eleitores estão sujeitos a maiores variações na economia, eles dedicam mais atenção à performance principalmente em relação ao controle da inflação do que em países onde as crises são ocasionais (CAMARGOS, 2009).

Nessa lógica, os eleitores sancionam os governos com base no desempenho econômico nacional, e os titulares são punidos por tempos econômicos ruins e recompensados por tempos econômicos bons e o impacto dessas sanções se mostra significativo a ponto de derrubar coalizões governantes. Mas esta evidência, embora profunda, repousa principalmente no funcionamento democrático durante tempos normais (LEWIS-BECK; LOBO, 2017; BORSANI, 2003; CAMPELLO, 2019). Mas e quanto ao voto econômico quando os tempos são extraordinários em cenários de crises e instabilidades?

Considerando que os últimos vinte anos no Brasil foram marcados por profundas oscilações econômicas, alternando períodos de estabilidade e instabilidade, emerge a seguinte questão de pesquisa: Como se comporta o eleitor brasileiro, face à distintos momentos econômicos? Diante da problemática apresentada acima, tem-se como objetivo geral deste trabalho analisar os efeitos comparativos do voto econômico considerando contextos de estabilidade e instabilidade econômica na definição de voto do eleitor em eleições presidenciais brasileiras.

Com o intuito de atingir esse objetivo geral seguem os desdobramentos nos seguintes objetivos específicos: a) traçar os cenários econômicos das eleições presidenciais ocorridas de 2002 a 2018; b) verificar se a avaliação que o eleitor faz da economia, se coaduna com a situação econômica real, medida a partir dos indicadores macroeconômicos; c) estimar se a avaliação que o eleitor faz da economia, produz efeitos em sua escolha eleitoral, considerando os contextos econômicos de 2014, ainda sob a égide da prosperidade econômica, e 2018 sob a égide de crises, no quais as eleições ocorreram.

Considerando que o aspecto crucial da mensuração do voto econômico para os estudos empíricos se trata da relação entre a decisão de voto e a avaliação da economia, Pereira (2014b)

aponta que após esse entendimento do voto econômico enquanto correlação entre duas variáveis, alguns passos são relevantes para sua mensuração. Primeiramente, o autor indica que se mesure separadamente as avaliações que os eleitores realizam da economia, bem como sua escolha para presidente; em seguida sugere que seja escolhido um modelo estatístico que permita estimar a associação entre as duas variáveis, e por fim, que tal associação seja reportada de forma efetiva para maximização do entendimento do interlocutor. Desse modo, serão analisadas de forma separada as eleições presidenciais de 2014 e 2018.

De acordo com Pereira (2014b) a análise de dados individuais, obtidas por meio de pesquisas de opinião, tem sido mais recorrente nos estudos sobre voto econômico no país, apresentando a vantagem de examinar com detalhes como os eleitores fazem suas escolhas. Desse modo, um primeiro passo utilizado na análise de dados de opinião é indagar o eleitor a respeito de sua avaliação da economia e intenção de voto. Neste caso, nesta dissertação são empregadas as seguintes questões: “para quem votou no primeiro turno nesta eleição” e “na sua opinião, a atual situação econômica do Brasil está melhor, igual ou pior, que há doze meses atrás?”. O segundo passo é escolher o modelo estatístico que melhor descreve a associação entre economia e decisão de voto e, para isso, seria essencial adotar modelos multivariados para que seja possível estimar adequadamente o voto econômico. Sendo assim, a variável dependente geralmente empregada é a intenção de voto para presidente, uma categorização nominal, cujo principal modelo multivariado adotado para analisar variáveis dessa natureza tem sido o modelo logístico multinomial, sinalizado por Pereira (2014b, p. 135) como “a melhor alternativa para se estimar adequadamente o voto econômico”. Por fim, o último passo consiste em apresentar os dados de forma que sejam facilmente interpretáveis.

A dissertação está subdividida em cinco tópicos, no qual no primeiro será abordado a teoria do voto econômico, no segundo tópico apresenta-se uma breve discussão sobre o voto econômico em democracias desenvolvidas e jovens democracias, seguido pelos procedimentos metodológicos e análises dos dados, encerrando com a conclusão deste estudo.

2 TEORIA DA ESCOLHA RACIONAL E A EMERGÊNCIA DO VOTO ECONÔMICO

A influência das condições econômicas nos resultados eleitorais e na popularidade dos governantes em exercício tem sido investigada desde a década de 1970 e desde então, os estudos têm demonstrado a relevância do voto econômico (VEIGA; VEIGA, 2010). Nesse sentido, os principais teóricos que se dedicaram ao debate econômico o fizeram sob o pressuposto de que as decisões são tomadas por mentes racionais, e desse modo, as ações humanas podem ser previstas, ou a relação entre elas sujeitas de análise, necessitando de algum tipo de padrão, de forma que seja possível encontrar certa organização de comportamento (DOWNS, 1999).

Nessa lógica, para a escolha racional de uma tomada de decisão, pode-se realizar previsões sobre os passos que serão utilizados para atingi-la como, por exemplo, o (i) cálculo do caminho mais razoável para que o tomador da decisão possa atingir suas metas e (ii) o caminho que será realmente escolhido, pois aquele que toma a decisão é racional. Desse modo, a análise econômica contribui com dois aspectos relevantes, que compreendem a “descoberta dos objetivos que aquele que toma decisão está perseguindo e análise de quais meios de atingi-los são os mais razoáveis, isto é, exigem a menor aplicação de recursos escassos” (DOWNS, 1999, p. 26).

Considerando o pressuposto racional, os economistas ao adotarem o termo “homem racional” não estão se referindo especificamente ao homem cujos processos e pensamentos estão envolvidos em proposições lógicas ou “cujas emoções são inoperantes”, mas sim, ao indivíduo ou grupo que se movimenta em direção a metas bem definidas, de modo que se utiliza do “mínimo insumo possível de recursos escassos por unidade de produto valorizado” (DOWNS, 1999, p. 27). Face a isso, na racionalidade econômica o indivíduo apresenta os seguintes comportamentos:

- i) ele consegue sempre tomar uma decisão quando confrontado com uma gama de alternativas; ii) ele classifica todas as alternativas diante de si em ordem de preferência de tal modo que cada uma é ou preferida, indiferente, ou inferior a cada uma das outras; iii) seu ranking de preferência é transitivo; iv) ele sempre escolhe, dentro todas as alternativas possíveis, aquela que fica em primeiro lugar em seu ranking de preferências; e v) ele sempre toma a mesma decisão cada vez que é confrontado com as mesmas alternativas (DOWNS, 1999, p. 28).

Alinhado à isso, para Downs (1999) a existência de um *homo politicus*, considera o cidadão racional da democracia que possui incertezas sobre o futuro e que não se configura como um “personagem de cérebro de máquina de calcular quanto o homem econômico dos utilitaristas”, mas como uma abstração realista da personalidade humana, no qual esse homem

político “aborda cada situação com um olho nos ganhos a ser obtidos, o outro olho nos custos, uma capacidade delicada de equilibrá-los” guiado pela racionalidade, isto é, para a escolha racional do eleitor, o propósito de uma ação seria a maximização dos retornos de utilidade (DOWNS, 1999, p. 29).

Semelhantemente, no sistema político é possível afirmar que existe uma certa previsibilidade, e o comportamento racional requer um ordenamento social previsível, pois conforme a ordem econômica, é preciso realizar previsões sobre demandas e custos para que se possa investir de maneira eficiente, assim como na esfera política, o homem racional precisa conseguir realizar previsões sobre o comportamento do governo e demais cidadãos (DOWNS, 1999).

Como o governo fornece o referencial de ordem sobre o qual o resto da sociedade se constrói, a racionalidade política tem uma função muito mais fundamental do que a simples eliminação de desperdício no ato de governar. O comportamento racional é impossível sem a estabilidade ordenada que o governo proporciona. Mas o governo continuará a proporcionar essa estabilidade somente enquanto o sistema político funcionar eficientemente, isto é, enquanto for racional. Desse modo, a racionalidade política é o *sine qua non* de todas as formas de comportamento político (DOWNS, 1999, p. 33).

Todavia, na racionalidade política, Downs (1999) coloca que é necessária a dinâmica nas quais as incertezas possam ser reduzidas e a ordem estável mantida, para que a ação racional possa se concretizar, pois em uma estrutura de governo democrático, reside o pressuposto da busca racional por maximizar o apoio político e a reeleição, que é buscado sob as seguintes condições: i) uma estrutura política democrática que permita a existência de partidos de oposição; ii) uma atmosfera com variados graus de incerteza; iii) um público de eleitores racionais, afim de que a ação racional seja eficientemente planejada visando alcançar os fins políticos ou econômicos conscientemente selecionados (DOWNS, 1999).

Downs (1999) apresenta o governo como uma organização especializada e singular, diferenciada de todos os agentes sociais e que desempenha um papel relevante na divisão do trabalho como representante máximo do poder em uma sociedade que tem a possibilidade de impor decisões sobre todos os demais agentes. Descritivamente, o governo democrático existe em uma sociedade no qual se viabilizam as seguintes condições: i) único partido ou coalização de partidos escolhidos por meio de eleição popular; ii) eleições com intervalos periódicos e sem alterações pelo partido dominante; iii) adultos residentes permanentes da sociedade são normais, agem de acordo com as leis da terra e são qualificados para participar das eleições; iv) eleitor pode depositar apenas um voto em cada eleição; v) qualquer partido que receba o apoio

da maioria dos eleitores pode assumir os poderes de governo até a próxima eleição; vi) partido perdedor em uma eleição não pode impedir o partido vencedor de tomar posse; vii) partido no poder não pode restringir as atividades políticas dos cidadãos ou partidos; viii) há sempre dois ou mais partidos competindo pelo controle do governo em cada eleição (DOWNS, 1999).

Face a isso, em uma sociedade democrática, são realizadas eleições periódicas, cujo principal objetivo é, ou a reeleição do governo titular ou a eleição dos partidos que estão fora do poder em substituição dos atuais ocupantes. Assim, as eleições são mecanismos para selecionar governos, embora sirvam a outros propósitos, tais como: i) meios para criar solidariedade social, ii) expressões de preferências políticas, iii) incentivos para que os cidadãos possam ter informações sobre os acontecimentos atuais. Contudo, para este trabalho considera-se a eleição como meio de selecionar governos e o comportamento racional do eleitor alinhado a essa finalidade (DOWNS, 1999).

Os representantes eleitos têm o papel de zelar pelo bem-estar da sociedade e a função de conduzir a economia, visando o bem-estar da população que está diretamente relacionado às condições econômicas. Por meio de eleições periódicas, os eleitores têm a possibilidade de fiscalizar as ações dos governantes nos diversos campos de atuação e a “hipótese de responsabilização eleitoral dos governos pela evolução da economia tem sido a principal âncora que liga a esfera econômica à esfera eleitoral” (MARTINS, 2010, p. 13).

Para que o governo consiga elaborar políticas e angariar votos, é necessário que seja possível identificar as principais motivações que levam os eleitores às urnas e como eles votam. Nesse sentido, a lógica básica do voto defendida por Downs (1999, p. 57) sugere que “os cidadãos agem racionalmente em política” e, desse modo, cada eleitor vota no partido que lhe trará maiores benefícios em detrimento de outro.

Uma estratégia política importante para o governo é conseguir fazer com que os eleitores percebam e tangibilizem os benefícios que estão recebendo, pois ao tomarem suas decisões os eleitores consideram os benefícios provenientes da utilidade obtida a partir da atividade governamental. Nesse sentido, a utilidade é percebida como “uma medida de benefícios, na mente de um cidadão, que ele usa para decidir entre caminhos alternativos de ação”. Assim, diante de diversas alternativas que podem ser mutuamente exclusivas, o homem racional escolherá a que lhe trará maiores utilidades, pois suas ações estão voltadas para benefício próprio (DOWNS, 1999, p. 57).

O avanço da consolidação de uma cultura democrática tem impulsionado o crescimento da literatura que busca compreender o comportamento do eleitor na tomada de decisão do voto, e historicamente as teorias foram se aperfeiçoando, como complemento ou como crítica e, de

forma geral, estão estruturadas a partir da visão do voto como uma escolha do indivíduo (MARTINS, 2010).

A perspectiva racional, no qual este trabalho está centrado, emergiu da teoria da escolha racional nos anos 70, conforme já apontado por Downs em 1957, tendo como perspectiva o eleitor como ator racional que atua analisando e calculando os benefícios e custos que cada candidato poderia proporcionar (RATTO, 2013). Nesse sentido, os cidadãos participantes de um modelo democrático são racionais e cada indivíduo visualiza as eleições estritamente como um meio de selecionar o governo que lhe trará maior benefício, estimando a receita de serviços públicos que espera receber e o que cada partido poderia fornecer se estiver exercendo o poder no próximo período eleitoral, optando por aquele partido que lhe trará maior utilidade de receita (DOWNS, 1999), e escolher ir às urnas representa a existência de uma recompensa material esperada, pois, na mente do indivíduo votante, existe uma racionalidade de processos onde as ações são instrumentos para atingir a maximização da satisfação em um ambiente de informações, por vezes, incompleto (MARTINS, 2010).

Conforme corrobora Martins (2010) o eleitor racional apresenta a capacidade de selecionar e processar informações relevantes, formalizando a tomada de decisão de voto por meio de uma análise custo-benefício semelhantemente identificada no campo econômico, no qual o eleitor que leva em consideração informações de ordem econômica seria sofisticado para estabelecer um processo de análise e selecionar as informações mais relevantes para uma tomada de decisão mais racional.

Para Downs (1999, p. 68) um eleitor racional “primeiro decide qual partido ele crê que lhe trará maior benefício; daí ele tenta estimar se esse partido tem qualquer chance de ganhar”, pois agindo dessa maneira seu voto faz parte de um processo maior de seleção, não refletindo apenas uma expressão de sua preferência, pois em uma situação hipotética, mesmo que o eleitor prefira o partido A, ele estará desperdiçando seu voto, caso não exista chance de vitória devido aos demais eleitores optarem pelo partido B ou C.

Considerando sistemas multipartidários, como é o cenário brasileiro, Downs (1999) aponta para necessidade de uma certa previsão de como outros cidadãos votarão através da estimativa de suas preferências. Neste caso, cada indivíduo utiliza sua previsão para definir se o partido da sua preferência é realmente aquele pertencente a uma gama relevante de escolha, dado que, “se ele crê que não é, então a racionalidade ordena que ele vote em algum outro partido”. Em vista disso, caso não existam informações sobre a preferência que os outros eleitores terão, o eleitor acaba votando no partido de sua preferência sempre que a informação

obtida o leva a acreditar que seu partido escolhido tem razoáveis chances de vencer (DOWNS, 1999, p. 69).

Nesse sentido, Downs (1999) afirma que o homem racional intenciona ficar bem informado por quatro razões: (i) ele pode se interessar em ser bem informado por si só, para que as informações forneçam-lhe alguma utilidade; (ii) ele pode acreditar que sua relação com a eleição será tão próxima que a probabilidade de lançar o voto decisivo é relativamente alta; (iii) ele precisa de informações para influenciar os votos de outros cidadãos para que possa alterar o resultado da eleição ou convencer o governo para atribuir mais peso sob suas preferências; ou (iv) ele pode precisar de informações para influenciar a formação de políticas governamentais como lobista.

Diante disso, para tomar sua decisão de voto o eleitor racional segue uma estrutura lógica de análise, apontada por Downs (1999), no qual considera a unidade de tempo utilizada, como o período eleitoral (decorrente entre eleições) e ao menos dois períodos são considerados nos cálculos do eleitor, o período que se segue à próxima eleição ($t+1$) e o que termina no dia da eleição (t). Além da unidade de tempo, outras variáveis são consideradas na análise, tais como: i) U representa a renda de utilidade, real ou hipotética, recebida pelo eleitor durante um período eleitoral; ii) A representa o partido governante no período t ; iii) B representa o partido da oposição; iv) U^a representa a renda de utilidade realmente recebida durante um período e proporcionada pelo partido governante; v) U^i representa a maior renda de utilidade que o eleitor poderia ter recebido caso o governo ideal estivesse no poder durante um determinado período; iv) E representa o valor esperado.

Considerando o axioma do interesse pessoal, que coloca o homem racional dirigido aos fins egoístas, o eleitor vota no partido que acredita proporcionar maior renda de utilidade durante o próximo período eleitoral. Para tanto, ele compara as rendas de utilidade que receberia, caso cada partido estivesse no poder, e em um sistema bipartidário essa comparação pode ser representada pela seguinte composição: $E(U^A_{t+1}) - E(U^B_{t+1})$ (DOWNS, 1999).

Por meio dessa equação, tem-se a diferença entre as rendas de utilidade esperadas, que representa o diferencial partidário esperado pelo cidadão e, caso seja positivo, votará nos ocupantes do cargo, caso seja negativo, votará na oposição, caso seja zero, o eleitor se absterá. Nesse raciocínio, o eleitor toma a decisão para selecionar o governo durante o próximo período eleitoral ($t+1$), com base na comparação dos desempenhos futuros que espera receber dos partidos concorrentes. Entretanto, “se for racional, ele sabe que nenhum partido será capaz de fazer tudo o que diz que fará”, desse modo, é necessário que o eleitor, em sua mente, estime o que os partidos fariam se realmente estivessem no poder (DOWNS, 1999, p. 60).

Todavia, como um dos partidos já está exercendo o governo, o desempenho no período t fornece ao eleitor a melhor análise possível sobre o que entregará no futuro, supondo a continuidade de suas políticas. Mas, para que a comparação seja válida, ambos os desempenhos precisam acontecer sob as mesmas condições, ou seja, o eleitor precisa considerar o desempenho que o partido da oposição teria tido se estivesse exercendo o poder no período t , ou trazer à memória o desempenho da gestão passada do partido da oposição. Desse modo, o desempenho projetado é hipotético, e o eleitor tem a possibilidade de comparar (1) duas rendas de utilidade futuras ou (2) uma renda realista de utilidade presente e uma renda de utilidade presente hipotética. Portanto, tem-se que “é mais racional que ele baseie sua decisão de voto nos eventos atuais do que simplesmente em eventos futuros” (DOWNS, 1999, p. 61).

Sob esse raciocínio, Downs (1999) observa que a parte mais relevante na decisão do eleitor consiste no tamanho do seu diferencial partidário atual, ou seja, a diferença entre a renda de utilidade recebida no período t e aquela que ele teria recebido se o partido da oposição estivesse no poder. Entretanto, o autor ainda aponta que isso não significa que os cidadãos ignorem o futuro quando estão decidindo como votar, pois, esse comportamento seria irracional, já que a ação do voto visa selecionar um governo futuro.

O eleitor racional se empodera então de dois modificadores de orientação futura ao diferencial partidário atual, a fim de calcular o diferencial partidário esperado. Downs (1999) aponta como primeiro modificador o fator tendencial, que corresponde ao ajuste que o eleitor faz no diferencial partidário atual para levar em consideração qualquer tendência relevante nos acontecimentos ocorrida no período eleitoral atual. Por sua vez, o segundo modificador é considerado apenas quando o eleitor não consegue perceber nenhuma diferença entre dois partidos concorrentes, isto é, quando acredita que ambos possuem políticas correntes idênticas, e para avançar nesse impasse, leva em consideração se os ocupantes do cargo tiveram um desempenho superior ou inferior aos seus antecessores.

Contudo, Downs (1999, p. 63) reforça que “os homens racionais não estão interessados nas políticas *per se*, mas em suas próprias rendas de utilidade”, pois se avalia que sua renda de utilidade presente está muito baixa, então pode acreditar que qualquer mudança acarretará um aumento na renda e, neste caso, seria racional votar contra o partido no poder, que uma vez reeleito, provavelmente continuará com a implementação de políticas anteriores, e se posicionar a favor da oposição, para que executem novas políticas e mudanças em geral possam acontecer. Por sua vez, aqueles que se veem beneficiados pelas políticas do partido no poder, podem enxergar que a mudança poderá prejudicá-los ao invés de ajudar, assim, optam por votar a favor do partido dominante, e nesse sentido, é possível perceber que ambas as ações correspondem a

respostas racionais ao fato de que as eleições inevitavelmente provocarão ou não mudanças significativas.

Considerando a possibilidade de abstenção, para o eleitor seria um ato racional quando acredita que i) as mudanças que serão feitas caso o partido da oposição seja eleito não terão efeito líquido sobre sua renda de utilidade, ou ii) as mudanças podem afetar sua renda de utilidade, porém a probabilidade de que ela aumente corresponde a mesma probabilidade de que ela diminua, ou seja, a mudança esperada na renda seria nula (DOWNS, 1999).

Para o eleitor, é relevante considerar a avaliação de desempenho de governo como uma possibilidade útil para que se possa comparar governos que funcionam em diferentes períodos ou em áreas diferentes, e quando ambos os partidos apresentam as mesmas plataformas e políticas atuais e, desse modo, já não é possível analisar quais mudanças ocorrerão caso a oposição vença. Dessa maneira, os eleitores podem realizar avaliações de desempenho quando os diferenciais partidários atuais são iguais a zero (DOWNS, 1999).

Todavia, cabe salientar que a avaliação de desempenho de um governo pode mudar devido a algumas razões, tais como i) mudanças em suas ações enquanto outras condições permanecem; ii) manutenção das ações com a mesma utilidade, porém outras circunstâncias se alteram, de modo que o nível ideal de renda de utilidade se altera; iii) manutenção das ações, mas outras circunstâncias se alteram e essas ações não produzem as mesmas rendas de utilidade (DOWNS, 1999).

A análise econômica do voto resultaria então, desta avaliação e reavaliação por parte eleitor racional, que incorporando avaliações econômicas seria suficientemente sofisticado para entender a dinâmica complexa da economia e recolher a informação que acha necessária para a melhor tomada de decisão (MARTINS, 2010).

Por meio de dados empíricos, os trabalhos seminais de Downs em 1957, Key Jr. em 1966 (*apud* CAMARGOS, 1999), Kramer em 1971 e Fiorina em 1981, trouxeram visões sobre o tema, contribuindo para o debate em torno das motivações e consequências do voto e constituindo as fundações sobre as quais a maior parte da literatura se desenvolveu.

Em sua lógica básica do voto, Downs (1957) e Downs (1999) aponta que cada eleitor desenvolve seu padrão próprio de avaliação a partir de suas experiências com outros governos, isso exige que o eleitor considere os desempenhos de governos passados, e através de sua avaliação sobre o desempenho, ele elabore uma medida para descobrir se os ocupantes do cargo tiveram êxito, foram insatisfatórios ou indiferentes na tarefa de governar.

No entanto, o curso racional de ação para a maioria dos cidadãos é permanecer politicamente desinformado, pois na medida em que votam, qualquer tentativa de obter

informações além daquelas obtidas em forma de dados gratuitos, pode ser considerada desperdício de recursos (DOWNS, 1957).

Downs (1999, p. 66) ainda coloca que “no mundo real, a incerteza e a falta de informação impedem, mesmo o eleitor mais inteligente e bem-informado, de se comportar exatamente do modo que o descrevemos”, pois como não é possível obter certeza sobre a renda de utilidade proveniente do governo, ou qual seria essa renda se o partido da oposição estivesse no poder, “só lhe resta fazer estimativas de ambas”.

O autor reconhece em sua obra, os limites da busca do eleitor por informações no mundo real, que em virtude do custo, o eleitor recorre a atalhos informacionais, como exemplo, a partidos e suas ideologias. Nesse sentido, não seria possível prever um comportamento exatamente como é proposto, pois, variáveis externas poderão influenciar sua tomada de decisão, assim o modelo da lógica básica do voto apresenta fragilidades e acaba sendo um pouco idealizado para um cenário tão dinâmico e complexo, e quando se leva em consideração no modelo a incerteza, é preciso também admitir possíveis situações indesejadas como erros e informações falsas (DOWNS, 1999).

Dando continuidade aos autores seminais, semelhantemente à perspectiva racional de Downs, em sua pesquisa, Key Jr. (1966 *apud* CAMARGOS, 1999, p. 7) discutiu sobre a racionalidade dos eleitores em votações presidenciais e observou que os eleitores são fortemente influenciados por suas opiniões políticas e seus julgamentos sobre o desempenho governamental, e ressaltou que “mesmo desinformados e pouco preocupados com política, os eleitores não são tolos”. O autor suavizou a ideia de racionalidade, e a alocou em função do contexto, no qual o eleitor vota de acordo com o grau de informações que possui e conhecimentos sobre determinados partidos e, embora existam eleitores que votem de forma casual, a maioria do eleitorado age de forma racional e responsável conforme se pode esperar.

Uma contribuição relevante foi dada por Key Jr. (1966 *apud* CAMARGOS, 1999), que foi um dos fundadores da teoria sobre a direção do voto, conhecida como recompensa-punição. Essa teoria está baseada na premissa de que o indivíduo age em resposta ao que capta e vivencia em relação à economia, ou seja, o eleitor se comporta como se fosse um juiz ao identificar que: i) se a economia segue numa crescente os governantes ganham mais votos ou ii) se por outro lado a economia entra em recessão, a oposição é favorecida. Nesse sentido, “o eleitor vota retrospectivamente. Este tipo de análise pressupõe que os eleitores estão mais preocupados com os resultados do que com os meios de atingir esses resultados, dispensando a formação de uma consciência política no eleitorado” (CAMARGOS, 1999, p. 8).

Em linhas gerais, o que diferencia a visão de Downs e de Key Jr. sobre o comportamento racional dos eleitores é que na perspectiva downsiniana o voto retrospectivo está ligado ao voto prospectivo, ou seja, o eleitor leva em consideração a situação do candidato atual e projeta o futuro sobre as ações dos governantes realizadas no passado, avaliando as alternativas e selecionando aquela que produza melhores resultados. Já na perspectiva keysiniana o eleitorado orienta o voto com base apenas nas ações passadas dos governantes, escolhendo entre as alternativas disponíveis aquelas que melhor garantam a satisfação dos seus interesses. Como consequência, é possível distinguir as duas teorias como maximizante e satisfacionista. (CAMARGOS, 1999).

Mais adiante, Kramer (1971) alinhado com a premissa de Key Jr. acerca da decisão de voto dos eleitores basear-se em informações sobre o desempenho passado do mandatário (CAMARGOS, 1999), em sua obra sobre eleições congressistas norte-americanas sugeriu que os eleitores para tomarem suas decisões de voto se baseiam em informações disponíveis para analisar o desempenho passado do candidato, e com isso fornecer alguma indicação sobre o que poderia realizar caso retornasse ao cargo, e sobre a eficácia de suas políticas. Nesse sentido, o autor aponta que o eleitor segue a seguinte regra de decisão: i) “se o desempenho da parte titular for satisfatório de acordo com algum padrão simples, o eleitor vota para manter a parte governante em exercício para permitir que continue suas políticas atuais”; ou ii) caso “o desempenho do titular não for satisfatório, o eleitor vota contra o titular, para dar ao partido da oposição a chance de governar” (KRAMER, 1971, p. 134).

Em sua pesquisa Kramer (1971) verificou que as variáveis com maior impacto na decisão de voto, quando analisadas simultaneamente, foram renda per capita, índice de custo de vida e salário, já a variável desemprego, por sua vez, não apresentou efeito significativo. Os achados de pesquisa corroboram com Key Jr. (1966 *apud* CAMARGOS, 1999), de que o principal componente na explicação do resultado eleitoral seriam as oscilações econômicas e que as “melhorias na economia favoreceriam os candidatos do partido governante e o declínio econômico beneficiaria a oposição. Dessa forma, o melhor preditor do sucesso eleitoral do partido governante seria a mudança na renda per capita real no ano das eleições” (CAMARGOS, 1999, p. 10).

Posteriormente, uma crítica à teoria de voto retrospectiva, adotada por Downs (1957), Key Jr. (1966 *apud* CAMARGOS, 1999), e Kramer (1971), foi dada por Fiorina (1981), em sua obra publicada sobre eleições presidenciais norte-americanas. Fiorina considerou o modelo recompensa-punição como inadequado para explicar o comportamento do eleitor, em virtude de não evidenciar fatores como identificação partidária e expectativas futuras (CAMARGOS,

1999). Para tanto, apresenta dois modelos de votação sendo: i) a avaliação retrospectiva simples está baseada em situações com as quais os eleitores possuem experiência direta, tais como finanças pessoais, direitos civis entre outros, e não são facilmente mediadas por um intermediário; e ii) a avaliação retrospectiva mediada que está baseada na escolha por fontes de informações e líderes de opinião e necessitam de intermediários, tais como a mídia para fornecer informações como, por exemplo, sobre as projeções econômicas. Fiorina verificou que a “percepção do eleitor sobre situação econômica é função de sua identificação partidária previa, de sua avaliação retrospectiva (experimentada e/ou percebida) e de variáveis demográficas” (CAMARGOS, 1999, p. 10).

O modelo discutido por Fiorina está baseado em uma contagem contínua das performances nas avaliações retrospectivas e analisa as experiências passadas de um indivíduo com partidos políticos, além de fatores secundários, como, por exemplo, a afiliação dos pais., isto é, o “voto é função da expectativa em relação ao futuro, da avaliação retrospectiva e da preferência partidária” (CAMARGOS, 1999, p. 11). Nesse sentido, após a experiência com uma parte no governo por quatro anos, é possível acrescentar no cálculo realizado pelo eleitor a estimativa de quão bem o governo no poder se saiu. É possível ainda, acrescentar uma estimativa de desempenho de como a outra parte teria realizado se estivesse no poder, ponderada de acordo com a incerteza sobre essa estimativa. Dessa forma, seria possível usar essas informações para prever qual das partes teria maior probabilidade de servir melhor aos interesses do eleitor no futuro (FIORINA, 1981). Conforme aponta Camargos (1999) quando o eleitor vota de forma retrospectiva, está considerando o desempenho do governante atual na economia e decide como um juiz se mantém ou não a continuidade no governo; já quando vota de maneira prospectiva, o eleitor elabora expectativas sobre as ações futuras de um determinado partido, que quando estiver no poder poderá vir a tomar, pois se considerar que as ações serão positivas, então o eleitor vota nesse partido, caso contrário, vota em outro. Cabe mencionar que o quadro cognitivo do eleitor é complexo e ambas não são mutuamente excludentes, pois um mesmo eleitor pode agir retrospectivamente e prospectivamente ao mesmo tempo (CAMARGOS, 1999).

Por sua vez, quando vota egotropicamente, pressupõe uma avaliação da situação econômica individual ou da sua família, na qual o eleitor avalia seu próprio bem-estar social. No que concerne a avaliação sociotrópica, refere-se à avaliação que o eleitor realiza sobre o bem-estar social do país como um todo (AMARAL; TANAKA, 2016). Aqueles eleitores que votam retrospectivamente, isto é, votam no governante, com base na avaliação sobre o desempenho da economia durante a gestão do governo atual, podem votar de acordo com o

comportamento retrospectivo pessoal ou retrospectivo sociotrópico. Quando os eleitores se baseiam em sua experiência pessoal tem-se o voto retrospectivo pessoal, no qual acreditam que a situação financeira de sua família melhorou no ano anterior, e mantem maior probabilidade de votar no presidente em detrimento aqueles que acreditam que sua situação piorou. Quando os eleitores se baseiam na avaliação que realizam acerca da situação econômica nacional tem-se o voto retrospectivo sociotrópico, no qual aqueles eleitores que percebem melhora na situação econômica nacional tendem a apoiar o candidato que está no poder, já aqueles que consideram que a economia nacional piorou, tendem a votar na oposição (CAMARGOS, 1999; VEIGA; DUTT-ROSS, 2016; PEREIRA, 2014b).

Já aqueles eleitores que votam prospectivamente, isto é, acabam por optar por seus candidatos com base nas diferenças relativas às prioridades macroeconômicas de cada partido, podem votar de acordo com o comportamento prospectivo pessoal e prospectivo sociotrópico. No caso prospectivo pessoal, o eleitor leva em consideração se sua situação econômica irá melhorar ou piorar, baseando-se em sua experiência pessoal. Quando os eleitores votam com base na avaliação que realizam acerca da situação econômica nacional tem-se o voto prospectivo sociotrópico, considerando se a situação econômica do país irá melhorar ou piorar, e ocorre entre os eleitores que acreditam que o desemprego ou a inflação são os principais problemas do país (CAMARGOS, 1999; PEREIRA, 2014b).

É possível ainda, que o eleitorado vote momentaneamente, e leve em conta a presente situação econômica sem realizar nenhuma comparação com o passado ou o futuro. No caso momentâneo pessoal, o eleitor avalia se sua situação econômica está boa ou ruim. Por sua vez, quando o eleitor vota com base na avaliação que realiza sobre a situação econômica do país, se está boa ou ruim, tem-se o voto momentâneo sociotrópico (PEREIRA, 2014b).

O quadro a seguir sintetiza as diferentes referências que o eleitor pode utilizar quando realizada avaliação da econômica.

Quadro 1 – Tipologia do voto econômico

Referência temporal Referência espacial	Retrospectiva	Momentânea	Prospectiva
Pessoal	Voto retrospectivo pessoal: “minha situação econômica melhorou ou piorou nos últimos tempos?”	Voto econômico pessoal: “minha situação econômica está boa ou ruim?”	Voto prospectivo pessoal: “minha situação econômica vai melhorar ou piorar?”
Sociotrópica	Voto retrospectivo sociotrópico: “a situação econômica do país melhorou ou piorou nos últimos tempos?”	Voto econômico sociotrópico: “a situação econômica do país está boa ou ruim?”	Voto prospectivo sociotrópico: “a situação econômica do país vai melhorar ou piorar?”

Fonte: Pereira (2014b, p. 129).

Considerando a relevância do voto econômico e sua influência na toma de decisão de voto do eleitor, além das possibilidades e complexidades de análises que o eleitor se depara ao ter que tomar sua decisão de voto, bem como as particularidades existentes em cada sistema político dos países em esfera global, é evidente a necessidade de se analisar o comportamento do eleitor frente à diferentes contextos de estabilidade e instabilidade econômica, que confere significativo grau de heterogeneidade aos resultados.

Visto que, a recorrência de crises pode acarretar alterações na percepção dos eleitores em relação ao desempenho econômico, no qual contextos em que existem crises recorrentes, a relação entre economia e voto é mais forte do que em países onde as crises são ocasionais. Dessa maneira, ambientes nos quais os eleitores estão sujeitos a maiores variações na economia, recebem mais atenção à performance principalmente em relação ao controle da inflação do que em países onde as crises são eventuais (CAMARGOS, 2009).

A literatura desenvolvida sobre essa temática evidencia a relevância de particularidades na explicação do voto econômico, e observa que pode se cometer equívocos ao se emitir conclusões de uma sociedade para outra (MARTINS, 2010). Dessa maneira, a próxima seção deste trabalho apresenta pesquisas e discussões realizadas em países europeus e norte-americanos, seguido pelas pesquisas realizadas em países da América Latina e por fim, pesquisas aplicadas ao contexto brasileiro, no qual reside o foco deste trabalho.

3 VOTO ECONÔMICO: A CONSOLIDAÇÃO E EXPANSÃO DE UMA AGENDA DE PESQUISA

O voto econômico desenvolveu-se pioneiramente em democracias avançadas, nas quais centrou-se grande parte das publicações sobre esse tema, principalmente nos países europeus e norte-americanos. Mas, foi a partir da década de 80, após inúmeras crises e transições de regimes ditatoriais que as jovens democracias de países em desenvolvimento, como os países latino-americanos, passaram a realizar eleições competitivas e despertar maior interesse por parte dos cientistas sociais para inserir na pauta de pesquisa discussões sobre a relevância da economia em eleições presidenciais.

A teoria do voto econômico investigada sob dois eixos principais, sendo a primeira abordagem de recompensa/punição e a segunda abordagem de referendo político, tem encontrado maior frequência de análise nas publicações a respeito do eleitor satisfacionista que recompensa ou pune o incumbente com base no desempenho de seu governo. Contudo, nem sempre é simples o processo analítico de atribuição de responsabilidade ao titular pelos resultados econômicos, sendo possível que o eleitorado possa cometer alguns erros ao distinguir os resultados econômicos que resultam de choques exógenos daqueles que derivam da formulação de políticas, pois na falta dessa distinção, reside o risco de punir ou recompensar os presidenciáveis por sua irreal competência. Além disso, ambientes influenciados por crises econômicas, como é o caso de países latino-americanos, acabam por afetar negativamente os votos no incumbente, tendendo o eleitor a votar cada vez menos no titular ou em seus candidatos.

3.1 VOTO ECONÔMICO EM DEMOCRACIAS DESENVOLVIDAS

A crescente literatura sobre o voto econômico apresenta limites, estendendo-se principalmente às democracias da América do Norte e da Europa Ocidental (LEWIS-BECK; LOBO, 2017), desenvolvendo-se pioneiramente nos países de democracias avançadas e com certa estabilidade econômica (SANTOS, 2015). Nessa lógica, serão apresentados brevemente estudos realizados, primeiramente nos países europeus, em seguida, nos norte-americanos.

A instabilidade vivenciada em Portugal pode ter influenciado na preferência dos eleitores para governos mais estáveis e com apoio parlamentar, bem como em partidos mais próximos de suas preferências ideológicas, com chances de obtenção para uma maioria geral e a formação de um governo de partido único (VEIGA; VEIGA, 2004). Segundo o estudo de

Martins (2010), que discutiu as implicações da economia nas escolhas eleitorais dos portugueses em eleições legislativas e autárquicas¹, no início da década de 1980, as condições econômicas desfavoráveis agregadas foram convergentes com taxas elevadas de participação a nível nacional com reflexos semelhantes a nível regional.

Relativamente ao PIB regional, encontramos efeitos estritamente lineares indicando que mais crescimento económico desincentiva a participação, existindo mobilização eleitoral apenas quando se deterioram as condições económicas. Estes resultados revelam que o desemprego pode estar a afetar de forma particular a participação. Em conjunturas económicas relativamente normais, ficar desempregado, ou a perspectiva de isso acontecer, tem consequências mais gravosas para as finanças do cidadão do que a redução de rendimento via inflação ou baixa de salários (MARTINS, 2010, p. 100).

Segundo ele, a visão económica no comportamento eleitoral se sustenta pela ligação existente entre as condições económicas e o bem-estar dos indivíduos, sob a possibilidade dos representantes eleitos serem responsabilizados pela evolução da economia. O autor considera nas relações entre participação e votos no governo, que em um cenário de condições económicas desfavoráveis, prevalece simultaneamente, o princípio da responsabilização e o efeito da mobilização sobre a participação dos eleitores (MARTINS, 2010).

Veiga e Veiga (2004) complementam o estudo com eleitores portugueses ao ressaltar que os governos de direita acabam sendo penalizados pela inflação mais alta, por sua vez, os governos de esquerda não são; além disso, os governos de esquerda são mais penalizados pelo aumento da taxa de desemprego. Os eleitores baseiam suas avaliações sobre o desempenho dos titulares nas percepções das condições económicas passadas e atuais, e não nos resultados económicos esperados no futuro; além de que os eleitores portugueses são retrospectivos, ou seja, levam em consideração as situações económicas passadas e atuais ao invés de suas expectativas em relação ao desempenho futuro (VEIGA; VEIGA, 2004). Acrescenta-se a isso, que inflação e o desemprego mais elevados, acabam influenciando na redução da popularidade e diminuição das intenções de voto para o governo (VEIGA; VEIGA, 2010; MARTINS; VEIGA, 2013). Na Espanha, o estudo realizado por Díaz e Riba (1999) revelou três fatores subjacentes nas avaliações de políticas, sendo eles: económico, cultural e social, sendo o primeiro mais relevante e o apoio aos governos subnacionais parece ser influenciado por fatores económicos regionais. A pesquisa utilizou dados agregados e individuais da região da

¹ Nas eleições para autarquias, os cidadãos são convidados a eleger três órgãos de gestão local para um mandato de quatro anos: a Câmara Municipal, a Assembleia Municipal e a Junta de Freguesia – órgão colegial com um presidente. No processo eleitoral, os candidatos são eleitos pelo sufrágio universal, direto e secreto (MARTINS, 2010).

Catalunha no intuito de analisar a relação entre a situação econômica e o apoio ao governo, verificando em que medida, as variáveis econômicas correlacionadas com os governos estaduais exibiam o mesmo efeito nos governos regionais. Embora a mídia de massa desempenhe um papel importante, as percepções dos cidadãos são principalmente influenciadas por suas experiências e contextos próximos, tais como, sociais, políticos, entre outros.

Ainda é possível observar que quanto maior a avaliação sobre a economia, políticas culturais e sociais, maior a probabilidade de aprovação do governo e sinaliza a existência de uma sinergia entre a aprovação do governo e a intenção de voto, no qual os cidadãos que aprovam o governo tendem a votar no partido em exercício. Os resultados do estudo apontam que uma crise econômica prejudicaria o apoio ao governo, por sua vez, uma economia que está se recuperando não beneficiaria a popularidade do governo da mesma maneira (DÍAZ; RIBA, 1999).

Na Alemanha, Debus, Stegmaier e Tosun (2014) analisaram o impacto do voto econômico nas eleições federais para o parlamento alemão, no intuito de testar quais eleitores recompensam o governo por melhores condições econômicas. Como no governo alemão, o chanceler² desempenha um papel importante na tomada de decisão do gabinete, é compreensível que os eleitores manifestem o interesse de recompensar o chanceler se a economia estiver prosperando. No entanto, em países como Áustria, Países Baixos ou Islândia, nos quais o chefe do gabinete exerce menos competências, o desejo de recompensar o partido do primeiro-ministro, em relação a outras coalizões parceiras, pode desaparecer. Portanto, os resultados demonstram que o voto econômico ocorre nas eleições parlamentares alemãs, mas é direcionado especificamente para a figura do chanceler (DEBUS; STEGMAIER; TOSUN, 2014).

Na França, Auberger e Dubois (2005) conceberam um modelo explicativo no intuito de prever os resultados das eleições legislativas francesas por departamentos³, abrangendo 96 unidades, no período compreendido de 1981-1997, enfatizando o papel da economia e dos fatores políticos na votação legislativa. Considerou-se que os eleitores se comportam de acordo com a hipótese da responsabilidade, recompensando por bons desempenhos econômicos e

² O chanceler é o membro mais visível do governo alemão e possui forte posição institucional sobre a decisão de políticas futuras. O partido do chanceler representa a coalisão dominante (DEBUS; STEGMAIER; TOSUN, 2014).

³ O departamento se apresenta como uma entidade eleitoral mais homogênea do que a região. Os departamentos foram criados em 1790 com base em critérios sociológicos (critério estrutural), enquanto a divisão por regiões remonta a 1960 e foi motivada por critérios de planejamento nacional (critério de curto prazo). Além disso, as condições econômicas variam de um departamento para outro na mesma região (AUBERGER; DUBOIS, 2005).

punindo quando o contrário, e supondo que “os eleitores levem em conta os recentes e resultados futuros da política econômica liderada pelo governo. Os eleitores têm depois, um comportamento retrospectivo e prospectivo” (AUBERGER; DUBOIS, 2005, p. 367).

O estudo considerou como variáveis principais: a variável dependente como votos recebidos no primeiro ou no segundo turno pelos políticos de maioria no poder e variável independente a taxa de juros do PIB real a nível nacional, taxa de desemprego no nível departamental, popularidade do primeiro-ministro, resultados das eleições anteriores, variável partidária que leva em consideração a persistência na orientação do voto. Os resultados das estimativas de votação evidenciam que o voto nas eleições legislativas para a maioria dominante depende parcialmente da nacionalidade e condições econômicas locais. O coeficiente da variável taxa de juros do crescimento do PIB a nível nacional sugere que se o crescimento econômico durante o ano eleitoral for superior ao ano anterior, então o voto nas eleições legislativas aumenta. A votação na eleição legislativa depende de fatores políticos, pois um aumento na taxa de popularidade do primeiro-ministro eleva a votação; e os resultados das eleições legislativas anteriores influenciam as atuais (AUBERGER; DUBOIS, 2005).

Nas eleições britânicas, Johnston e Pattie (2001) apresentam um novo ponto de vista, argumentando que os eleitores avaliam o histórico de governo com base na região onde residem e situações pessoais, muito além do que em suas avaliações sobre o estado, país e economia. O comportamento do eleitor britânico durante as últimas três décadas se concentrou nos modelos de eleitor responsivo ou punição/recompensa, nos quais os eleitores avaliam o desempenho do governo, retrospectivamente ou prospectivamente, e depois votam em conformidade. Os eleitores podem avaliar não apenas as situações nacionais e de sua própria família, mas também a relativa prosperidade à área de sua residência e dos vizinhos, pois os eleitores que entendem que sua região de moradia não prosperou em comparação com outras, podem, portanto, optar por punir o governo, mesmo que visualizem que a economia nacional tenha tido um bom desempenho e que sua situação financeira esteja satisfatória (JOHNSTON; PATTIE, 2001).

Por sua vez, nos países norte-americanos, mais especificamente nos Estados Unidos, Kone e Winters (1993) examinaram o impacto de novos programas de políticas sobre o imposto sobre as vendas e sobre a renda pessoal no apoio eleitoral à governador e senador em eleições presidenciais em 50 estados americanos no período de 1957 a 1985. O estudo considerou como variável dependente a porcentagem de votos recebidos pelo candidato do governo democrata e como variáveis independentes: o bem-estar econômico nacional, pois os eleitores respondem negativamente aos aumentos nos índices de desemprego nacional e positivamente aos aumentos

nos rendimentos pessoais, as economias estaduais, a força partidária e variáveis da política tributária (KONE; WINTERS, 1993).

Os resultados da pesquisa de Kone e Winters (1993) indicam os efeitos negativos da implementação de políticas de tributação de imposto sobre as vendas e renda pessoal em períodos de eleições presidenciais, sendo que, apenas as mudanças nos programas fiscais gerais de vendas parecem exercer impactos significativos. As consequências eleitorais das alterações nos impostos sobre vendas parecem ser mais altas do que para alterações no imposto de renda, de modo que, os dois impostos são percebidos de maneiras diferentes pelos eleitores, e a política do imposto sobre vendas o torna politicamente um imposto mais punitivo (KONE, WINTERS, 1993). Alinhado a isso, Peltzman (1992 *apud* SAKURAI; MENEZES-FILHO, 2008, p. 302), observa que os eleitores americanos são especialmente contrários a gastos mais elevados e penalizam os candidatos independentemente do cargo político, além de considerar também o momento da realização desses gastos, ou seja, “quanto mais próximos os aumentos de gastos estão das eleições, mais punem os candidatos”.

Semelhantemente, Atkeson e Partin (1995) comparam a escolha do voto nas eleições americanas para governo e o senado de 1986 e 1990, considerando a votação retrospectiva. Como variáveis do estudo, considerou-se como variável dependente o voto dos respondentes, no candidato democrata ou republicano, para o cargo de senador ou governador; e como variáveis independentes as condições econômicas pessoais, avaliações econômicas estaduais, avaliações econômicas nacionais, aprovação presidencial, identificação partidária, ideologia, e as variáveis de controle foram partidarismo e ideologia do entrevistado (ATKESON; PARTIN, 1995).

Os achados da pesquisa Atkeson e Partin (1995) mostraram que diferentes tipos de avaliações retrospectivas são utilizados na escolha dos votos e evidenciaram a ausência de votação econômica nas eleições para o senado, contudo, o voto econômico retrospectivo está presente nas eleições para governador. Isso sugere que, apesar de seus constituintes semelhantes, os governadores e senadores são responsáveis por agendas diferentes, e como resultado, o “eleitorado considera os candidatos funcionalmente responsáveis pela agenda atribuída aos seus respectivos escritórios” (ATKESON; PARTIN, 1995, p. 105).

No Canadá, Galineau e Belanger (2005) analisaram os resultados eleitorais canadenses e os dados macroeconômicos durante o período 1953 a 2001 e exploraram até que ponto os titulares das eleições canadenses são mais afetados pelas condições econômicas nacionais ou provinciais. O estudo adotou como variável dependente a porcentagem de votos recebidos pelo partido em exercício de cada província para eleição federal e para eleição provincial. Por sua

vez, as variáveis independentes adotadas foram as medidas agregadas de desempenho econômico de intereleição nos níveis nacional e provincial, e os indicadores econômicos de desemprego, variação percentual anual no índice de preços ao consumidor e variação percentual anual no rendimento pessoal per capita (GÉLINEAU; BÉLANGER, 2005).

Os achados de Galineau e Belanger (2005) mostraram que desemprego e inflação provinciais exercem impacto significativo na parcela de votos do titular federal, mas nas medidas econômicas nacionais, o desemprego parece exercer a maior influência sobre a votação. As condições econômicas provinciais não apresentaram impacto nos resultados eleitorais federais, pois os canadenses parecem responsabilizar o titular federal pelas condições econômicas nacionais, mais do que pelas condições econômicas provinciais.

A discussão acerca do voto econômico realizada até o momento nesta dissertação, considerou brevemente a realização de eleições presidenciais em períodos comuns, quando o calendário eleitoral segue seu percurso habitual e sabe-se que os eleitores individualmente levam em consideração o estado da economia quando fazem sua escolha nas urnas (LEWIS-BECK; LOBO, 2017). Contudo, o foco da presente dissertação leva em consideração o impacto do voto econômico em contextos de crise ou instabilidade econômica. Diante disso, o trabalho realizado por Lewis-Beck e Lobo (2017) acerca do voto econômico em tempos ordinários e extraordinários é convergente ao o objetivo desta dissertação ao abordar especialmente a crise econômica internacional de 2008 nos Estados Unidos, que teve desdobramentos globais levando a uma crise das finanças públicas e assolando duramente países periféricos no sul da Europa como Grécia, Itália, Portugal e Espanha, e para fins de comparação, países ao norte como Islândia e Irlanda.

Como consequência da crise, no intuito de conter os déficits orçamentários e diminuir o nível da dívida pública, restrições externas colocaram os políticos de todos os países em uma posição delicada, ao impor políticas de austeridade para cumprir os compromissos externos de um eleitorado que estava sofrendo as dores de tais políticas e como esperado, os governos em exercício sofreram um grande impacto nas urnas, pois a punição do incumbente aparentemente se tornou uma regra em toda a região. Além disso, os países sul-europeus exibem forte votação econômica, pois têm uma prevalência maior de governos de partido único, onde a clareza de responsabilidade é mais aguda do que no resto da Europa (LEWIS-BECK; LOBO, 2017).

A crise, definida como crescimento econômico negativo, afeta negativamente os votos no incumbente. Quanto mais as pessoas veem a economia piorar, menos tendem a votar no titular ou nos seus candidatos. Nesse sentido, mesmo comum o voto econômico torna-se extraordinário se um número suficiente de pessoas se engajar nele, como fazem em tempos de

crise, isto é, conforme aumenta o número de indivíduos que veem a economia piorar, mais votos anti-incumbentes são registrados, e em última análise, agregam oscilações negativas no resultado eleitoral. Especificamente, quando um país experimenta crescimento econômico negativo, o titular perderá mais votos. Em suma, uma economia ruim leva mais cidadãos a responsabilizar o governo, produzindo mudanças maiores no resultado eleitoral geral. O estudo traz à luz que afinal, o voto econômico em tempos extraordinários difere dos tempos comuns: “dói mais, punindo mais os titulares”. “O lado positivo dessa punição vem de tornar o governo mais responsável e colocar mais pressão sobre ele para fazer melhorias econômicas” (LEWIS-BECK; LOBO, 2017, p. 622).

O percurso teórico até aqui discutiu a respeito das pesquisas realizadas sobre o voto econômico em democracias mais avançadas no continente europeu e países norte-americanos, espaços geográficos nos quais as primeiras publicações foram originadas. Contudo, a relevância dos estudos sobre votação econômica também incorporou iniciativas em países latino-americanos e incorporou democracias recém-desenvolvidas e com oscilações em seus cenários de desenvolvimento político e econômico. Embora, historicamente, os estudos sobre o comportamento eleitoral na região latino-americana tenham sido enquadrados no contexto de explicações que fizeram uso de variáveis de médio e longo prazo, como por exemplo, clivagens sociais ou socialização política, os estudos mais recentes começaram a utilizar ferramentas e técnicas associadas ao voto econômico no intuito de explicar o comportamento eleitoral na região (NAVIA; OSORIO, 2015).

Embora exista certa heterogeneidade regional e diferenças dentro dos próprios países da América Latina, o voto econômico constitui uma variável relevante, embora não seja a única utilizada para explicar as preferências e atitudes políticas dos indivíduos nesse continente. Frequentemente em interação e tensão com outras variáveis que também influenciam nas percepções e visões políticas dos eleitores, “a aplicabilidade da teoria do voto econômico sublinha a sofisticação e a complexidade que podem ser observadas nos padrões de votação” e na dinâmica de aprovação presidencial na região (NAVIA; OSORIO, 2015, p. 14).

Visando contribuir com essa discussão, o próximo tópico abordará os estudos realizados na América Latina e, em seguida, as pesquisas realizadas em eleições presidenciais brasileiras.

3.2 O VOTO ECONÔMICO NAS JOVENS DEMOCRACIAS: AMÉRICA LATINA E O CASO ESPECÍFICO DO BRASIL

Os estudos sobre o voto econômico na América Latina ainda fazem parte de uma agenda em desenvolvimento. Todavia é uma região de grande interesse por parte dos pesquisadores, já

que é um contexto de democracias recentes, instabilidades econômicas e grande desigualdade, um ambiente propício para testar o alcance da teoria do voto econômico (MARTINS, 2017).

Historicamente, na América Latina, muitos países vivenciaram longos períodos de ditadura militar entre as décadas de 1960 e 1980, tornando dominantes as interpretações teóricas sobre o autoritarismo político, com relevância marginal a conexão entre políticas econômicas e as dimensões de um governo democrático. A escassez de eleições competitivas resultava em um fenômeno sem consequências, devido ao caráter de “natureza pouco sincera das eleições” que acabavam sendo recriadas apenas como formas de “eleições de demonstração”, e isso gerava desinteresse por parte dos cientistas sociais em priorizar discussões de uma agenda de pesquisa que trouxesse a relevância política das disputas eleitorais. Contudo, desde a transição para o regime democrático nos anos 1980 e com o maior advento do número de eleições competitivas por toda a América Latina, o estudo dos fatores influenciadores do voto e o papel da economia, assumiu crescente relevância (ECHEGARAY, 1995, p. 89).

Não apenas a democracia latina sobreviveu à década de 1980, como também houve um aumento constante no número de democracias ao longo desse período, sendo que os resultados eleitorais na América Latina durante os anos 1980 foram capazes de fornecer a base para avaliar as implicações da crise econômica para a governança democrática (REMMER, 1991). Essa redemocratização, proporcionou a abertura de uma janela de oportunidades para os estudiosos interessados em compreender e explicar os fenômenos políticos que, outrora, eram essencialmente estudados nas democracias de industrialização avançada da Europa e América do Norte (SILVA, 2016).

Os debates em torno dos resultados eleitorais da região latino-americana e as interpretações sobre as forças que o influenciam, têm moldado os debates em outros países (ECHEGARAY, 1995). Nesse sentido, duas hipóteses básicas têm estado no centro desse debate

Por um lado, existe a perspectiva do “voto econômico” segundo a qual, dada a dramática experiência das crises econômicas e mudanças radicais nas políticas e estilos de vida, sofridos pelos latino-americanos durante os anos 80 e 90, o desempenho econômico dos governos têm se convertido no eixo substantivo, através do qual as administrações são julgadas e os políticos do governo são premiados ou castigados. De acordo com esta posição, os resultados das eleições são um reflexo direto das habilidades administrativas dos partidos governistas, outorgando um papel periférico às forças não-econômicas. Em contraposição, existe a perspectiva de que, apesar da má ou boa atuação do governo, questões não-econômicas têm um papel crítico na determinação da direção do apoio eleitoral, como produtos de aflições políticas pelos partidos, laços psicológicos com seus líderes e candidatos, e das percepções retrospectivas e prospectivas a partir das quais as pessoas organizam suas decisões sobre a seleção de um novo governo (ECHEGARAY, 1995, p. 91).

Nesse sentido, o debate em eleições presidenciais na América Latina tem sido conduzido nas pesquisas com a predominância da perspectiva do voto econômico ao invés do referendo político, conforme será evidenciado nos estudos realizados a seguir.

Remmer (1991) analisou os efeitos eleitorais da crise econômica latino-americana em 21 eleições considerando diferentes países. Como variáveis de análise, foi dada ênfase nos indicadores de inflação, crescimento econômico e taxa de depreciação de câmbio. Os resultados do estudo apontam que as eleições realizadas sob condições de crise econômica geraram perdas consistentes para os partidos governantes. Além disso, na maioria dos casos analisados, as eleições resultaram em derrota do partido e coalizão do governo e a questão principal, contudo, não seria a rotatividade eleitoral em si, mas a relativa capacidade de resposta das mudanças eleitorais às condições econômicas, isso sugere que existam fortes relações entre condições econômicas e os resultados eleitorais na América latina. Diante disso, é possível supor que os titulares acabam sofrendo os resultados pelos contratemplos econômicos de curto prazo, porém a ocorrência de crises mais profundas pode ser traduzida em mudanças políticas mais amplas e altos níveis de volatilidade eleitoral. A literatura recente sobre a América Latina sugere que os novos regimes democráticos acabam sendo mais vulneráveis aos efeitos de crises econômicas do que as democracias mais estáveis (REMMER, 1991).

Echegaray (1995) chama atenção para um ponto de vista que não prioriza o voto econômico como fator decisivo na escolha do eleitor. Em sua pesquisa, considera dados macroeconômicos e de opinião pública em uma análise quantitativa sob a hipótese do voto econômico versus referendo político, analisado 30 eleições realizadas entre 1982 e 1994 em 15 países da América Latina. Dentre as variáveis de análise, considerou-se as medidas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e PIB per capita, taxas de inflação e níveis de desemprego como variáveis independentes, e a inclusão de uma medida de aprovação do desempenho do presidente e outra sobre identificação partidária como variáveis dependentes.

Segundo o autor, quando os indicadores econômicos mostram-se linearmente relacionados ao voto na direção esperada, apontada pela literatura, como “maior inflação e menor crescimento do PIB, menor apoio ao partido no governo e vice-versa, a força e significância estatística desta relação é menor em comparação com o impacto exercido pelas variáveis não-econômicas” (ECHEGARAY, 1995, p. 94). Dessa maneira, uma escassa influência da economia sobre o voto derivaria da priorização da população para outros assuntos como a estabilização da democracia e manutenção da paz, violência e corrupção.

Nesse sentido, Echegaray (1995, p. 96) coloca que é possível perceber que as variáveis mais próximas do “bolso dos eleitorados” tais como o nível de desemprego e outras de repercussão coletiva, como a taxa de crescimento do PIB per capita, comportam-se de maneira muito frágil. Por meio da comparação das relações individuais de crescimento econômico e a popularidade presidencial com o apoio ao partido no governo, se torna mais evidente que a variável política exerça um poder explicativo maior do que a variável econômica. “Em suma, é a avaliação do desempenho do presidente mais que qualquer experiência econômica específica o que emerge como o melhor preditor de quão bem o candidato da situação se sairá na eleição” (ECHEGARAY, 1995, p. 97).

Caminhando na direção da perspectiva tradicional do voto econômico baseado na recompensa/punição segue o estudo realizado por Ratto (2013) sobre a influência do voto econômico na América Latina entre os anos de 1996 a 2004, comparando dezesseis países, o autor examinou se no momento da votação os latino-americanos recompensavam ou puniam os representantes em consequência da implementação das reformas econômicas realizadas durante a década de 90. As variáveis consideradas no estudo foram a intenção de voto para o titular como variável dependente e variáveis dicotômicas que identificaram os eleitores que avaliaram a situação econômica positivamente, considerando o passado sociotrópico (valorização da situação econômica nacional como boa); o futuro sociotrópico (avaliação da situação econômica nacional futura como boa); o passado egotrópico (avaliação da situação financeira pessoal como boa); e o futuro egotrópico (avaliação futura da situação econômica pessoal como boa); além das variáveis de controle sociodemográficas, variável religiosidade, variável educacional, o nível de renda do entrevistado, sexo e idade (RATTO, 2013).

Os resultados evidenciaram a existência de dois padrões principais de comportamento eleitoral latino-americano, sendo a lógica do voto para ideologia/partidarismo e a lógica do voto para retornos econômicos, e neste, a identificação ideológica se apresentou como a variável mais significativa devido à importância atribuída aos partidos políticos, que continuam tendo na seleção dos governos e na participação dos cidadãos, seus representantes. Verificou-se a magnitude do efeito das variáveis de natureza psicológica que exerceram forte influência, e que se mostrou relevante incorporar às equações dos modelos de votação, a avaliação sociotrópica da situação econômica, pois apesar da juventude dessas democracias, eram adotados mecanismos de prestação de contas como forma de controle, com a utilização sistemática da avaliação econômica para a seleção das preferências eleitorais e, nesse sentido, os latino-

americanos tinham expectativas de que o partido governante administrasse de forma eficaz a economia no futuro (RATTO, 2013).

De modo oposto ao resultado do estudo de Ratto, o estudo realizado por Santos (2015) analisou a existência de formas de voto econômico nos países latino-americanos, especificamente no período de 1995 a 2011, partindo da hipótese de que os eleitores latino-americanos levam em consideração a situação econômica do país no passado. Foram consideradas como variáveis de análise a intenção de voto como variável dependente e como variáveis independentes a percepção econômica/índice de sentimento econômico; variáveis sociodemográficas como sexo, renda, escolaridade, estado civil, além de variáveis como idade, ideologia, religião e satisfação com a democracia, além da inclusão da variável de confiança nas instituições. Por meio dos dados concluiu-se que os eleitores latino-americanos ao decidir suas intenções de voto têm preocupação com a situação atual, situação passada e futura do país, além de sua situação pessoal no presente e no passado, considerando assim, que para o contexto latino-americano não há uma visão econômica predominante.

Singer (2015) também pesquisou o voto econômico na América Latina e avaliou o efeito das percepções dos cidadãos sobre o desempenho econômico, considerando a intenção de voto no partido ou coligação no poder, em dezoito países da América Latina em 2014. Considerou-se como variável dependente se o respondente apoiaria o titular em uma eleição que aconteceria nos próximos dias após a pesquisa, como variáveis de controle a idade, cor da pele, gênero, renda, urbano/rural, além de uma variável categórica para identificar se o entrevistado recebeu ou não algum benefício no ano anterior, pois algumas formas de assistências sociais podem tornar as pessoas otimistas sobre suas finanças (SINGER, 2015).

De acordo com os resultados, a maioria dos eleitores latino-americanos tendeu a ser pessimista sobre os resultados econômicos, contudo, tendiam a ser mais positivos sobre sua situação econômica pessoal. Os eleitores responsabilizam os políticos pelos resultados percebidos, nas quais as avaliações sociotrópicas apresentam maior associação no apoio ao titular do que as avaliações egotrópicas, e aqueles que consideram que as coisas estão indo mal, pesam alternativas ao titular, mais do que a abstenção ou anulação do voto. O efeito eleitoral do desempenho econômico varia sistematicamente entre os países e, enquanto as percepções da economia estão enraizadas em uma variedade de fatores, tanto no âmbito nacional como no âmbito pessoal, os eleitores de forma geral abordam a responsabilidade pela economia de uma forma sofisticada (SINGER, 2015).

Além das variáveis econômicas tradicionalmente estudadas nas pesquisas sobre o voto econômico, a variável ideológica do candidato à presidência recebeu destaque no estudo realizado por Corrêa (2015), que analisou o impacto da economia sobre o desempenho eleitoral dos candidatos presidenciais, bem como a influência da ideologia do presidente e da clareza de responsabilidade nas eleições latino-americanas ocorridas entre 1990 e 2010, baseado em um banco de dados de 84 eleições presidenciais que ocorreram em 18 democracias latino-americanas. Considerou-se como variável dependente o indicador de desempenho eleitoral do candidato governista e como variáveis independentes os indicadores de conjuntura econômica como crescimento do PIB e inflação.

No que tange à influência da ideologia, o resultado sugere que está enraizada em dois fatores: o primeiro referente aos incentivos eleitorais por parte de candidatos presidenciais e o segundo referente aos parâmetros utilizados pelos eleitores para avaliação do governo. Ao acusar a oposição e dividir responsabilidades com aliados no discurso político, pode acabar confundindo o eleitorado no momento de avaliar retrospectivamente a atuação do governo e diminuir o impacto das flutuações econômicas no desempenho eleitoral dos candidatos, além de existir uma forte associação entre economia e resultados eleitorais que somente é observada quando o governo é unipartidário de maioria (CORRÊA, 2015).

Extrapolando os fatores econômicos, Martins (2017) encontrou resultados que sugerem a influência da avaliação retrospectiva no desempenho da economia, políticas públicas e combate à corrupção na avaliação presidencial. O autor investigou 36 eleições, referentes a 18 países latino-americanos, referente ao período de 2004 a 2012, tomando como variáveis de análise, a avaliação positiva do presidente como variável dependente e como variáveis independentes a avaliação do desempenho sobre economia, políticas públicas e de combate à corrupção, PIB per capita, investimento social e índice de percepção da corrupção, e ideologia.

Os principais resultados apontam que o maior problema considerado pelos latino-americanos não está relacionado à questão econômica, e pode-se supor que outros elementos, além dos econômicos, pautam a racionalidade do eleitor na região (segurança pública 25%, desemprego 24% e economia 13,9%), trazendo evidências de que não se pode ignorar as demandas sociais como possibilidades de impactar a avaliação positiva dos líderes. Isso se deve, apesar do crescimento econômico na América Latina, que tal aumento não tenha sido⁴ revertido

⁴ Para compreender abstenções de voto entre países presidencialistas da América Latina, Silva (2016) analisou uma base de dados compilada entre 2004 a 2012. O estudo concluiu que no contexto latino-americano existem dinâmicas próprias que conferem singularidade aos preditores da abstenção, entretanto, alguns aspectos presentes em países mais desenvolvidos também foram identificados entre os países latinos. Na hipótese levantada no

em bem-estar para a população, ou ainda que tenha sido revertido, a população associe a melhora de vida a outros fatores (MARTINS, 2017).

Levando em consideração o papel interveniente da clareza de responsabilidade no voto econômico em países latino-americanos, e compreendendo clareza de responsabilidade como o contexto político-institucional que permite ao eleitor identificar quem é o responsável político pelo desempenho da economia, Martins, Veiga e Dutt-Ross (2018) perceberam que há interveniência da clareza de responsabilidade política-institucional sobre o comportamento do eleitor, sendo verificada pelo maior vínculo entre avaliação da atuação do governo em políticas públicas e avaliação da economia.

Além do efeito da avaliação sociotrópica retrospectiva da economia sobre a avaliação da atuação do presidente ser menor em situação de menor clareza de responsabilidade. Observaram também que há interveniência da clareza de responsabilidade política-institucional sobre o comportamento do eleitor, pois há situações que permitem com que o vínculo seja mais intenso, propiciando ao eleitor um ambiente político mais claro e permitindo maior coerência na atribuição da responsabilidade política. Entretanto, mesmo quando há situações de menor atribuição de responsabilidade se verifica que há uma relação, ainda que frágil, entre economia e voto. Nesse sentido, o contexto político possui o efeito de aumentar ou diminuir o vínculo entre a avaliação da economia e a avaliação do presidente, e existem situações que permitem maior prestação de contas e transparência por parte dos governantes (MARTINS; VEIGA; DUTT-ROSS, 2018). Assim, “quanto mais clara a responsabilidade do governo pela economia, mais eleitores democraticamente sancionarão esse governo nas urnas” (VALDINI; LEWIS-BECK, 2018, p. 11).

Contudo, Campello e Zucco Jr. (2015) trazem a reflexão de que tanto a popularidade presidencial quanto a perspectiva de reeleição dependem fortemente de fatores exógenos aos presidentes de países latino-americanos, trazendo para o debate variáveis como os preços das *commodities* e as taxas de juros internacionais que determinam o desempenho econômico na América Latina. Em virtude de diversos países da região serem exportadores de *commodities* e, portanto, tomadores de preços nos mercados internacionais, isso os torna vulneráveis a ciclos de preços, que levam a flutuações nas receitas de exportação, pois em períodos em que os preços das *commodities* estão baixos, os países enfrentam dificuldades econômicas. As análises

estudo de que a saúde da economia impacta nas eleições, Silva (2016, p. 104) observou que em “países cujas eleições ocorrem em meio a um período de estabilidade e crescimento econômico tendem a observar um incremento nas abstenções”, no qual a cada aumento de mil dólares na renda per capita, há uma redução nas chances do eleitor se abster de 10%.

revelaram que, em economias altamente dependentes dos preços das *commodities* e das taxas de juros, as avaliações do desempenho dos titulares foi amplamente determinado por esses fatores, e considerando que nenhum deles está sob o controle dos executivos, esses resultados evidenciam que “o eleitor não separa o acaso” da avaliação de competência de seus presidentes (CAMPELLO; ZUCCO JR., 2015, p. 12).

Os modelos recentes sobre votação retrospectiva postulam que os eleitores que possuem a capacidade de avaliar e descontar o impacto dos fatores exógenos “permite-lhes punir e recompensar os titulares exclusivamente por resultados de sua própria autoria”, e essa capacidade se desenvolve à medida que os cidadãos observam a economia global e avaliam o desempenho do seu país (CAMPELLO; ZUCCO JR., 2015, p. 12). A “eficácia da votação econômica retrospectiva como um mecanismo de responsabilidade é discutível em um cenário em que os titulares são recompensados por eventos que estão além de seu controle”, reforçando a ideia de que as condições econômicas têm precedência sobre outras considerações (CAMPELLO; ZUCCO JR., 2015, p. 13).

De forma geral, observou-se que na literatura latino-americana tem sido abordado com predominância o vínculo economia-voto por meio da comparação dos efeitos dos dados macroeconômicos nas urnas sob o pressuposto de que se a economia funciona bem, com índices positivos e de crescimento, então o partido governante terá êxito, porém se a economia progride mal, o partido do governo perderá votos para a oposição, inclusive na reeleição (REMMER, 1991; RATTO, 2013; SANTOS, 2015; SINGER, 2015).

Segundo Borsani (2003) mesmo quando está em jogo a titularidade do Executivo, isto não representa obstáculo para a evolução dos indicadores macroeconômicos, pois em anos posteriores às eleições registra-se menor crescimento do PIB e aumento do percentual de desemprego e inflação, fornecendo respaldo para previsões de ciclos oportunistas sobre a evolução econômica nos períodos pós-eleitorais. Embora exista uma heterogeneidade regional, diferenças ao longo do tempo e até mesmo entre os próprios países, também é evidente que o voto econômico constitui uma variável importante que explica as preferências e atitudes políticas dos cidadãos latino-americanos. Frequentemente em interação e tensão com outras variáveis que acabam influenciando as percepções e visões políticas dos indivíduos, a aplicabilidade da teoria do voto econômico sublinha a sofisticação e a complexidade que podem ser observadas nos padrões de votação e na dinâmica de voto (NAVIA; OSORIO, 2015).

Assim, considerando que o foco desta dissertação, consiste em discutir os efeitos do voto econômico em eleições presidenciais brasileiras, considerando contextos de estabilidade e

instabilidade econômica, para tanto, a seguir estão reunidas as principais publicações sobre o voto econômico no Brasil.

A literatura a respeito da relevância da economia sobre a avaliação de desempenho do governo e sobre o voto parece não demonstrar um consenso e não se apresenta organizada de forma sistemática no Brasil. Embora algumas análises tenham relacionado a derrota de candidatos presidenciais dos partidos governantes ao fracasso dos planos econômicos, outras análises reforçaram fatores na escolha racional ou minimizam o peso da avaliação (CARREIRÃO, 1999). Estudos eleitorais recentes no Brasil têm buscado um determinante de voto para presidente que seja capaz de explicar de que maneira o eleitorado escolhe seus candidatos à presidência e, nesse sentido, diversas pesquisas apontam que os eleitores tendem a se basear na economia para votar e avaliar os presidentes (PEREIRA, 2014b; CAMPELLO, 2019; CARREIRÃO; RENNÓ, 2019).

Todavia, de forma geral, a capacidade do eleitorado de se pautar na economia como balizador para o exercício do voto demonstra de forma positiva o funcionamento da democracia brasileira, evidenciando que o eleitor consegue fazer escolhas sistemáticas mesmo diante de um ambiente com baixa adesão partidária e da ausência de organização ideológica de partidos e eleitores (PEREIRA, 2014b).

A pesquisa de Fialho (1997) encontrou evidências para a existência de ciclos econômicos em períodos eleitorais brasileiros, sinalizando para uma tendência cíclica da economia em anos eleitorais, expressa no maior crescimento do PIB e dos meios de pagamento. O estudo buscou examinar se a economia brasileira apresenta a tendência cíclica em anos eleitorais, refletida na queda da taxa de desemprego e na elevação da taxa de inflação. Para tanto, considerou vinte eleições municipais, estaduais e federais no país no período de 1953 a 1995, e como variáveis considerou PIB, inflação e desemprego e variável de política econômica, como a política monetária. Os resultados evidenciam, que nas últimas quatro décadas houve a presença de ciclo político na taxa anual de crescimento do PIB brasileiro, sugerindo crescimento anual do PIB em cerca de 2% em anos eleitorais, e apontando para uma política monetária mais expansionista nos períodos que antecedem as eleições e sinalizando a existência de uma expansão pré-eleitoral da economia brasileira refletida no aumento do PIB real e no crescimento da oferta de moeda (FIALHO, 1997).

Análises complementares realizadas por Sakurai e Menezes-Filho (2008) referente aos ciclos políticos, analisam o comportamento fiscal em anos eleitorais em municípios brasileiros e percebem que a manipulação fiscal em anos eleitorais pode aumentar a popularidade dos

formuladores de políticas entre os eleitores e, como consequência, a probabilidade de permanência no poder. Os resultados sugerem que maiores gastos de capital nos três anos que antecedem às eleições beneficiam as pretensões eleitorais pelos prefeitos brasileiros, em virtude das despesas de capital serem mais visíveis aos eleitores.

Alinhado à perspectiva econômica, Carreirão (1999) procurou mostrar em sua análise que a avaliação de desempenho do governo recebe forte influência da avaliação dos eleitores a respeito das políticas econômicas em seus governos, estabelecendo correspondência com aspectos centrais da situação econômica do país. O autor se propôs a investigar as relações entre voto para presidente, economia e avaliação de desempenho governamental, entre 1986 e 1998, baseando-se em dados de pesquisa de opinião pública e indicadores tradicionais como: inflação, desemprego, renda e crescimento econômico.

Evidenciado na gestão dos presidentes Sarney e Collor, foi possível perceber o contraste com relação aos resultados das eleições de 1986 e 1989, pois na primeira, o governo estava com alta popularidade devido aos resultados positivos do Plano Cruzado e os partidos que formavam a base do governo, elegeram todos os governadores. Já na segunda, em 1989, a queda de popularidade do governo aliado ao fracasso do plano econômico, o Cruzado 2, os candidatos do partido do governo juntos somaram pouco mais de 5% dos votos totais, evidenciando que declinando a avaliação do desempenho do presidente reduz a intenção de voto nos candidatos da base governista. Isso também se evidenciou na escolha eleitoral de 1998, dentre os principais motivos apontados pelos eleitores para votar no candidato Fernando Henrique Cardoso foi a aprovação do plano Real/política economia (67%), e no candidato Luís Inácio Lula da Silva foi combater o desemprego (30%). Dessa forma, “o balanço geral parece apontar o maior peso, nas motivações do voto, das avaliações relacionadas ao desempenho nas questões econômicas e, em menor grau, à capacidade de governar” (CARREIRÃO, 1999).

O trabalho de Camargos (1999) segue numa direção semelhante, contudo o autor adiciona à sua análise, a avaliação prospectiva, retrospectiva e sociotrópica, a identificação partidária e a avaliação dos governos de Fernando Henrique e Lula. Os achados confirmam que o impacto das variáveis econômicas, da avaliação de governo e de preferência partidária sobre o voto varia de candidato para candidato. Dentre as variáveis que exerceram maior impacto sobre o voto em Fernando Henrique foram: avaliação prospectiva sociotrópica, avaliação de governo e, por último a preferência pelo PT. Já para Lula, as variáveis que exerceram maior impacto foram: preferência pelo PT, avaliação prospectiva sociotrópica e, a avaliação de governo. Os dados ainda revelaram que no ano de 1998, “o peso das avaliações prospectivas

foram maiores do que das retrospectivas, ou seja, o eleitor brasileiro, na hora do voto, está mais preocupado com o futuro do que com o passado”. Além disso, exerceu grande impacto no voto de ambos os candidatos, a avaliação que o eleitor faz da situação nacional ao invés da avaliação que ele faz da própria situação, sugerindo que o eleitor brasileiro é menos preocupado com o próprio bolso (CAMARGOS, 1999, p. 54).

Essa discussão abre precedentes para afirmar que os eleitores brasileiros são politicamente sofisticados e tendem a utilizar a avaliação retrospectiva da economia para escolherem seus candidatos (CARREIRÃO; RENNÓ, 2019). Pereira (2014a) em seu estudo testa até que ponto o efeito da avaliação retrospectiva da economia sobre o voto para presidente depende do nível de sofisticação política dos respondentes. Utilizando dados de pesquisa de opinião em painel coletados ao longo de 2002 e utilizando como variável dependente a intenção de voto para presidente, e como variáveis independentes dois tipos de avaliação retrospectiva da economia, sendo a avaliação sociotrópica e a avaliação da situação econômica do próprio respondente, além das variáveis sofisticação política, preferência partidária, auto-localização-ideológica, escolaridade e idade, sexo e raça.

As análises realizadas permitem concluir a influência do voto econômico na avaliação do respondente sobre a situação do país e não sobre sua situação pessoal (PEREIRA, 2014a). Nesse sentido, a sofisticação política parece interferir diretamente na probabilidade que o eleitor seja capaz de conectar seu julgamento sobre a economia com sua preferência por um candidato, uma vez que “o eleitorado menos sofisticado nem sempre é capaz de punir ou recompensar os governantes com base no desempenho da economia”, como sugerem versões da teoria democrática (PEREIRA, 2014a, p. 168).

Veiga e Dutt-Ross (2016, p. 539) apresentaram resultados de uma pesquisa que contraria o princípio dominante dos modelos de voto econômico, segundo os quais a avaliação da economia seria um “reflexo dos índices objetivos alcançados pelos mandatários” e que possuir um conhecimento formal sobre os aspectos econômicos pode não ser tão relevante no momento de avaliar a situação econômica “para melhor ou para pior”. O estudo analisou os determinantes da avaliação econômica retrospectiva sociotrópica na eleição presidencial de 2014, com base no conhecimento que o eleitor possuía da informação objetiva da economia. Para os dados, foram utilizados os *surveys* relativos ao Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) de 2014, tendo como variável dependente a avaliação retrospectiva da economia.

De forma breve os resultados apontam que o conhecimento elaborado pelo eleitor sobre informações objetivas da economia acaba por não afetar sua avaliação e não está pautada em

fatos. Constatou-se ainda que a afetividade partidária exerce forte impacto na avaliação da economia, pois a afinidade com o partido mandatário, e o distanciamento do principal partido da oposição, tem efeito positivo em sua avaliação, ou seja, “as preferências políticas impactam na percepção da economia” (VEIGA; DUTT-ROSS, 2016, p. 540).

Fernandes e Fernandes (2017) e Fernandes e Fernandes (2019) investigaram o impacto do crescimento econômico no percentual de votos obtidos pelo incumbente em municípios brasileiros e concluíram que percepção econômica local afeta a forma como as pessoas avaliam o cenário político nacional. As variáveis de análise incluíram taxa de crescimento do PIB municipal, variáveis relacionadas com as relações entre prefeitos e presidentes, questões fiscais e temporais. Uma das principais contribuições do estudo é que grande parte dos estudos sobre votação econômica se concentra em analisar dados em nível regional ou nacional, ao invés de analisar dados municipais ou locais. Descobriram a existência de relação significativa entre o crescimento econômico e os votos obtidos pelo titular no município, evidenciando que o crescimento econômico se apresenta como determinante do suporte eleitoral para o titular em exercício, além dos prefeitos desempenharem um papel importante nas eleições nacionais ao transferir votos favoráveis à coalizão no poder.

Campello e Zucco JR. (2018), já mencionados nesta dissertação quanto à pesquisa de voto econômico em países da América Latina, aqui são mencionados por estudarem as eleições brasileiras. Os autores se propuseram testar a existência do viés de atribuição incorreta no contexto da votação retrospectiva, pelos resultados econômicos causados por fatores exógenos à competência dos presidentes, e avaliaram se o fornecimento de informações sobre o desempenho econômico é relativo ou se a ocorrência de choques de *commodities* influenciam a avaliação dos respondentes sobre a competência dos presidentes brasileiros e equatorianos. De forma geral, os resultados sugerem que a atribuição incorreta de responsabilidade vai além de um problema de aquisição de informações, se deparando também com o conhecimento prévio que permite aos eleitores processar as informações da maneira esperada.

Os autores acreditam que “ao amortecer o impacto econômico dos choques nos preços das *commodities*, as leis anticíclicas devem fortalecer a relação entre a competência do titular e o desempenho econômico, melhorando potencialmente a qualidade do voto econômico” como um instrumento de responsabilidade, e ao fortalecer e clarificar as reais responsabilidades do incumbente, é possível aumentar potencialmente a qualidade do voto econômico como um mecanismo para selecionar os titulares mais competentes (CAMPELLO; ZUCCO JR., 2018, p. 26).

Diante disso, o impacto de choques exógenos na avaliação do governo “não implica necessariamente que os indivíduos estejam agindo de forma irracional, particularmente em sistemas políticos nos quais fontes adicionais de informação sobre a competência do titular são escassas e a economia é o único atalho disponível”. Independentemente das razões subjacentes ao comportamento individual, votações com base em resultados econômicos que estão além do controle do titular não se apresentam como mecanismos satisfatórios para seleção de titulares competentes e indiscutivelmente, este não seria o comportamento que os indivíduos teriam se tivessem todas as informações relevantes à sua disposição (CAMPELLO; ZUCCO JR., 2018, p. 14).

Análises complementares de Campello (2019) em eleições presidenciais brasileiras evidenciaram que o processo adequado de atribuição de responsabilidade pelos resultados econômicos aos titulares envolve dois principais desafios, sendo o primeiro deles identificar corretamente os responsáveis pela formulação da política econômica, entre eles o Executivo e o Legislativo, e em segundo lugar, que os eleitores possam ser capazes, ao observar os resultados econômicos, de descontar aqueles causados por fatores exógenos à formulação de políticas. “Ainda assim, é a incapacidade de distinguir entre determinantes exógenos e domésticos do desempenho econômico que parece ser o impedimento mais importante para o voto econômico” que promove a responsabilidade democrática no Brasil” (CAMPELLO, 2019, p. 211).

O eleitorado brasileiro e os sul-americanos, tendem a recompensar aqueles presidentes que governam em tempos bons, ou seja, com altos preços de *commodities* e baixas taxas de juros (dólar americano), e a punir aqueles que governam em tempos difíceis. De forma mais simplista, significa afirmar que “eles avaliam o desempenho dos presidentes em grande parte com base na sorte, arriscando punir presidentes competentes, mas azarados, e recompensar os incompetentes, mas sortudos”. Desse modo, o voto econômico pode não funcionar como um instrumento eficaz de responsabilização democrática por meio do qual os eleitores punem e recompensam os titulares pelos resultados que entregam (CAMPELLO, 2019, p. 211).

Isto pode ser explicado por meio de alguns fatores, tais como: grande parte dos choques econômicos que afetam a região é canalizada por meio do setor de *commodities*, que emprega uma parcela reduzida da força de trabalho, limitando a consciência dos cidadãos sobre sua natureza exógena; o acesso à informação é geralmente baixo e há dispersa exposição às notícias, e nesse sentido, o acesso dos cidadãos às informações que poderiam auxiliar na avaliação do desempenho econômico do país acaba sendo muito frágil, assim como as perspectivas de

desconto ao acaso ao avaliar a competência do titular. Assim, seria apenas por meio da observação dos resultados econômicos globais que os eleitores aprenderiam a avaliar a distribuição dos choques exógenos e se tornariam capazes de descontá-los ao avaliar a competência do governo (CAMPELLO, 2019).

De forma geral, há décadas a ciência política brasileira tem acumulado evidências de que “os eleitores(as) de fato levam em conta a economia quando escolhem o presidente do país”. A capacidade do eleitorado de pautar-se na economia como referência para o voto pode ser considerada um aspecto positivo sobre o funcionamento da democracia brasileira, revelando a capacidade do eleitor de se pautar em escolhas sistemáticas mesmo diante de um cenário com baixa adesão partidária e diante da falta de estruturação ideológica dos partidos e eleitores (PEREIRA, 2014b, p. 127).

Como pode ser visto nesse breve apanhado teórico, a depender das questões norteantes de cada estudo, há a mobilização de variáveis convergentes, visando responder questões semelhantes, e em alguns momentos distintas, todavia todos os estudos almejam de alguma forma testar a influência da economia na votação. Assim, a tabela a seguir apresenta as variáveis mapeadas nos estudos vistos anteriormente. A consolidação dessas variáveis contribui com esse trabalho ao servir de patamar a partir do qual se formularão os modelos de correlações que serão investigadas mais à diante.

De forma geral, as pesquisas a respeito do voto econômico no Brasil, tem considerado indicadores tradicionais como intenção de voto no titular e avaliação de desempenho do governo, inflação, desemprego, renda e crescimento econômico, variação do PIB per capita, política monetária, receita tributária per capita, avaliação retrospectiva da economia, avaliação sociotrópica e a avaliação da situação econômica do próprio respondente, avaliação prospectiva e retrospectiva no nível pessoal e sociotrópica, despesas municipais com investimentos, pessoal, correntes e o orçamento municipal, gastos municipais per capita (CARREIRÃO, 1999; GRAMACHO, 2009; FIALHO, 1997; SAKURAI; MENEZES-FILHO, 2008; PEREIRA, 2014b; CAMARGOS, 1999; FERNANDES; FERNANDES, 2017; FERNANDES; FERNANDES, 2019; VEIGA; DUTT-ROSS, 2016). Corroborando a fala de Camargos (2009) e Borsani (2003) de que em geral os testes sobre os indicadores econômicos consideram três variáveis: evolução do PIB per capita, inflação e desemprego e a adoção destes indicadores vem de sendo utilizado em longa tradição nos estudos sobre o voto econômico.

Tabela 1 – Variáveis encontradas na literatura nacional e internacional

Classificação	Variáveis Adotadas
Indicadores Macroeconômicos	desemprego, avaliação retrospectiva sociotrópica da economia, PIB e PIB per capita, índice de preços ao consumidor, índice de preços ao consumo, taxa de câmbio, percentual de queda na bolsa, oferta de moeda, subsídios municipais recebidos do governo, índices de poder de compra dos municípios e população.
Status Socioeconômico	sexo, raça, renda, idade, escolaridade, estado civil, urbano/rural, recebimento de benefício.
Atitudinais e Comportamentais: avaliação da economia	momentânea/atual, retrospectiva, prospectiva, sociotrópico e egotrópico, sociotrópico passado, sociotrópico futuro, egotrópico passado, egotrópico futuro.
Atitudinais e Comportamentais	intenção de voto, avaliação do desempenho do presidente, avaliação de governo, ideologia, religiosidade, identificação partidária, sofisticação política, confiança nas instituições, satisfação com a democracia.

Fonte: Elaborada pela autora (2020).

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ANÁLISES

Nas pesquisas realizadas no campo das ciências sociais, Babbie (2003) coloca que os cientistas sociais supõem que a ocorrência de eventos tem suas razões, pois as coisas não acontecem pelo simples fato do acaso, e diante disso, todo evento ou situação possui seus determinantes antecedentes. Assim, pode-se afirmar que as ciências sociais visam a observação e o entendimento de padrões gerais de eventos e correlações, e como os físicos, os cientistas sociais, precisam especificar seus métodos de medição.

Destacou-se nos capítulos anteriores uma agenda em amplo desenvolvimento principalmente nas jovens democracias, de trabalhos a respeito do voto econômico em contextos de estabilidade e crises econômicas em eleições presidenciais brasileiras. Campello (2019) lembra que embora os resultados de estudos sugiram que a relevância da economia varia ao longo do tempo, grande parte da literatura está focada em estudos de casos de eleições presidenciais únicas, abrindo caminhos para um potencial de análises longitudinais destinadas a explorar essa variação. Assim, as seções deste capítulo se dedicam a responder os questionamentos esboçados na introdução desta dissertação e almejam contribuir para eventuais lacunas existentes neste campo de pesquisa.

Diante disso, optou-se por adotar o modelo de regressão logística multinomial, que quantifica a probabilidade de um eleitor escolher um determinado candidato, em função da avaliação que faz da economia. A adoção deste modelo se justifica em virtude de Pereira (2014b) já ter replicado em eleições presidenciais anteriores (1998, 2002, 2006 e 2010) para analisar a incidência do voto econômico no Brasil, portanto, suas impressões são trazidas aqui. Assim, serão analisadas as eleições subsequentes, de 2014 e 2018, considerando a eleição de 2014 como um cenário que ainda não estava em crise, mas na eminência de uma, e 2018 como um cenário de crise, por meio de análise da correlação das variáveis e do modelo de regressão logística multinomial.

A análise de regressão nas palavras de Babbie (2003, p. 219) “representa as relações entre variáveis sob a forma de equações que podem ser usadas para predizer os valores de uma variável dependente com base nos valores de uma ou mais variáveis independentes”. Ainda segundo Babbie (2003, p. 219) a análise de regressão múltipla “estima os valores de uma variável dependente a partir dos valores de diversas variáveis independentes”, ou seja, este tipo de análise é frequentemente realizado por pesquisadores de *surveys* quando se descobre que a variável dependente é afetada simultaneamente por diversas variáveis independentes.

Os objetivos fundamentais de uma regressão logística compreendem: determinar o efeito de um grupo de variáveis sobre a probabilidade de um evento, determinar o efeito de cada variável sobre essa probabilidade e identificar qual o mais elevado grau de precisão na previsão do evento com um grupo de variáveis. Apesar de não serem mutuamente excludentes, na prática eles não caminham juntos. Aqueles pesquisadores preocupados com causalidade tendem a buscar os dois primeiros objetivos, enquanto aqueles que buscam prever a ocorrência futura de eventos buscam o terceiro objetivo (JOVELL, 2006).

Por fim, quando a variável dependente possui mais de dois valores é preciso utilizar uma extensão do modelo binário, denominado de multinomial. Esse modelo de análise verifica se todos os coeficientes são iguais a 0 na população. Quando se tem Sig. igual ou inferior que .05 indica que a hipótese nula pode ser rejeitada, ou seja, os coeficientes não são iguais a 0 e o modelo é significativo (JOVELL, 2006). Diante disso, foram realizados os procedimentos para sintetizar as informações das variáveis com o uso do *software Statistical Package for the Social Science* (SPSS) em tabelas de frequências, considerando a mensuração de variáveis categóricas, com mais de duas categorias.

4.1 AS CONJUNTURAS ECONÔMICAS DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS E AS AVALIAÇÕES DOS ELEITORES

A experiência do Brasil no recente período democrático tende a reforçar a teoria do voto econômico, sendo a economia uma variável importante na gestão presidencial, com a inflação sendo apontada como o principal problema a ser resolvido no país (GRAMACHO, 2009). Durante o período de 1985 a 2008, a economia brasileira enfrentou fases de crise aguda, com hiperinflação e choques externos, alternando com etapas de crescimento sustentado a altas taxas para o padrão brasileiro (GRAMACHO, 2009).

Nesse contexto, o governo de José Sarney foi reprovado em 1989, após deixar um legado econômico de hiperinflação, “causada por políticas heterodoxas que estimularam artificialmente o crescimento do PIB” (GRAMACHO, 2009, p. 7). Já nas eleições presidenciais de 1994, Itamar Franco pôde observar seu ministro da Fazenda, o candidato Fernando Henrique Cardoso, ser eleito, “apoiado sobre o êxito do lançamento do Plano Real e sobre uma imediata recuperação do crescimento econômico”. Em 1998, Fernando Henrique conseguiu ser reeleito graças aos esforços de consolidação da estabilidade econômica, muito embora existisse uma deterioração gradativa do crescimento econômico e o enfrentamento de uma severa crise externa. De acordo com Pereira (2014b) os efeitos da avaliação da economia sobre o voto foram

substanciais nas eleições de 98, e do ponto de vista da agregação de votos, o voto econômico foi crucial para que essa eleição finalizasse no primeiro turno (54%), dado que, caso a totalidade dos eleitores ignorasse a economia na tomada de decisão do voto, Fernando Henrique teria vencido o primeiro turno com menos de 50% dos votos.

Contudo, em 2002 Fernando Henrique assistiu seu candidato, José Serra, sofrer uma derrota pela oposição depois de uma gestão marcada por esforços de estabilização econômica, crises externas e resultados econômicos modestos, levando a vitória do opositor Luiz Inácio Lula da Silva (GRAMACHO, 2009). Conforme aponta Pereira (2014b, p. 140) o voto econômico se manifestou, porém não com a mesma magnitude da última eleição. Em sua análise sobre o voto econômico nas eleições de 2002, apenas o grupo de respondentes indiferentes, ou seja, aqueles eleitores que respondem “regular” na pesquisa de opinião, teriam dado a vitória a Lula no primeiro turno (51%). Nesta eleição, entre os eleitores que avaliaram o Plano Real como “péssimo”, tinham 63% de preferência por Lula e 10% por Serra (PEREIRA, 2014b).

O primeiro mandato do presidente Lula (2003-2006), logo após uma crise de confiança em 2002, “caracterizou-se pela continuidade do chamado tripé da política macroeconômica adotado desde 1999, constituído pelo regime de metas de inflação, metas de superávit primário e regime de câmbio flutuante”. Desse modo, tanto a política monetária quanto a fiscal foram conduzidas de “forma ortodoxa”, caracterizadas por alta taxa de juros e amplo superávit primário (PAULA; PIRES, 2017, p. 126). Cabe salientar que a recuperação econômica a partir de 2004 foi inicialmente impulsionada pelo boom de *commodities* e pelo aumento no consumo das famílias, devido ao maior estímulo ao crédito bancário e o aumento da renda real familiar (PAULA; PIRES, 2017).

Por sua vez, na eleição presidencial de 2006, Lula se reelegeu (2007-2010), após uma gestão marcada por “relevantes impactos sobre as condições de renda da população carente e um contexto de crescimento econômico” (GRAMACHO, 2009, p. 8), após implementar diversas políticas para combater a pobreza e reduzir a desigualdade no mercado interno (BARBOSA-FILHO, 2020). De acordo com Pereira (2014b), um comportamento semelhante a 2002 se nota em 2006, ao qual Lula sairia vitorioso na pesquisa de opinião com 72%, o grupo de eleitores indiferentes elegeriam Lula com 83%, porém uma redistribuição dos votos mostra que Lula teria perdido cerca de 1% dos votos caso os eleitores ignorassem a economia, evidenciando um fraco efeito da avaliação econômica sobre o voto.

O enfrentamento da crise americana em 2008 e ao longo de 2009, mostrou um nível de contágio limitado da economia brasileira em função de condições externas. “Isso tende a

reforçar o papel do governo como responsável pelas condições econômicas nacionais – mandato esse reiteradamente reforçado pelos discursos do presidente Lula reivindicando crédito pela boa fase da economia nacional” (GRAMACHO, 2009, p. 9). Nesse sentido, o governo Lula conseguiu evitar uma deterioração drástica logrando êxito na recuperação econômica em meados de 2009, e ao longo de seu governo alterou a hierarquia das prioridades governamentais no país e “consolidou um projeto nacional-popular de forte intervenção do Estado na economia”. As medidas anticíclicas “destacaram a ousadia de Lula” e conferiram-lhe popularidade recorde que consolidou o lulismo para o pleito eleitoral de 2010 (GUILHERME, 2017, p. 5; PAULA; PIRES, 2017).

O resultado das urnas em 2010, levou Dilma Rousseff à presidência com uma crescente onda de popularidade, chegando a atingir 78% de aprovação pessoal em dezembro de 2012. Além disso, aumentavam a aprovação da presidente o combate à fome e à miséria, a economia desfrutando de um cenário de crescimento com uma taxa de 7,5%, o combate ao desemprego e a satisfação moderada com o controle da inflação. O mandato de Dilma (2011-2016), “deu sobrevida ao pacto conservador pelas reformas graduais via lulismo, embora o cenário econômico nacional e internacional era de intensificação do conflito distributivo”, dando sinais da existência de uma segunda fase da crise financeira internacional (GUILHERME, 2017, p. 7). O governo optou por uma política econômica mais contracionista visando reduzir a demanda agregada e conter a inflação com o aumento da taxa de juros e definição de metas fiscais nos níveis observados antes da crise financeira americana de 2008 (PAULA; PIRES, 2017). Conforme aponta Pereira (2014b), a avaliação da economia sobre o voto foi importante para a eleição de Dilma, pois caso fosse desconsiderada a avaliação econômica pelo eleitor, teria subtraído 4% dos votos. Nesta eleição, enquanto o candidato da oposição, José Serra lidera entre os eleitores insatisfeitos com a economia por 46%, Dilma lidera por 70% a 16% entre os eleitores que avaliaram como ótimo o estado da economia (PEREIRA, 2014b).

A popularidade de Dilma cresceu durante o primeiro ano de seu mandato em virtude de suas ações no combate à corrupção, no qual ocorreram várias demissões após alegações de corrupção de políticos no governo, que levaram a presidente a ganhar o apoio político dos eleitores de classe média, porém ela perdeu apoio no Congresso brasileiro (BARBOSA-FILHO, 2020).

Em 2012, a situação econômica começou a se deteriorar, coincidindo com uma virada adversa nos termos de troca no Brasil, que gerava muita incerteza se a queda no preço das exportações brasileiras seria temporária ou estrutural (BARBOSA-FILHO, 2020). Já em 2013-2014, no intuito de compensar a política monetária restritiva, o governo Dilma continuou

expandindo os gastos públicos e, como consequência, o resultado fiscal primário caiu deixando o PIB negativo (PAULA; PIRES, 2017). Nesse sentido, em junho de 2013, tomaram forma movimentos como passeatas e mobilizações de rua, com eleitores desaprovando o desempenho da presidente Dilma (cerca de 49%), seguido por “queda na avaliação em todas as áreas de atuação do governo federal, com destaques para as áreas econômicas, como combate ao desemprego, taxa de juros e controle da inflação, e exceção para o combate à pobreza” (VEIGA E DUTT-ROSS, 2016, p. 528).

Nas eleições presidenciais de 2014, a campanha de reeleição de Dilma foi baseada em um discurso que prometia defender os avanços conquistados de governos anteriores, com o slogan de que não haveria “redução dos direitos sociais, nem retrocesso” (BARBOSA-FILHO, 2020, p. 615). Embora marcada por certa instabilidade no país devido às manifestações ocorridas no ano anterior, uma crise política e econômica que se intensificaria mais adiante, Dilma conseguiu ser reeleita (PAULA; PIRES, 2017).

No final de 2014 é possível considerar um ambiente de desaceleração econômica, reduzindo o crescimento anual para uma taxa de 0,5%, aumento da inflação desde a última eleição de cinco pontos percentuais, que são refletidos no poder de compra e consumo do eleitor, que leva esses fatores em consideração na avaliação da economia, pois a “apreensão dos conceitos do funcionamento da economia passa por fatores relacionados ao dia-a-dia dos eleitores” (CAMARGOS, 2009, p. 13), e são percebidos com mais intensidade por aqueles de menor renda. Houve uma reversão na trajetória da economia brasileira, com forte redução nas vendas no mercado varejista, quando de fato, em 2015 e 2016 a economia sofreu uma série de choques com a “deterioração dos termos de troca, ajuste fiscal, crise hídrica, desvalorização da moeda, o aumento da taxa de juros Selic etc. – que contribuíram para reduzir ainda mais o crescimento econômico”. Outros efeitos foram convergentes para aprofundar a recessão, como aumento do desemprego, queda da renda, contração do mercado de crédito e a redução dos investimentos públicos (PAULA; PIRES, 2017, p. 132).

Entretanto, como as iniciativas anticorrupção de Dilma minaram seu apoio no Congresso, a situação econômica mantinha uma piora desde 2012 com os desacertos que o governo enfrentava, tornaram-se decisivos para a queda de Dilma em 2016 (BARBOSA-FILHO, 2020). Uma intensa crise política e econômica culminou na deposição da presidente Dilma Rousseff, conforme observa Guilherme (2017, p. 1) por meio de um “golpe parlamentar travestido de *impeachment* constitucional”. O processo de *impeachment* teve início formalmente na segunda metade de 2015, quando a oposição de Dilma a acusou de irregularidades fiscais. A presidência da Câmara dos Deputados iniciou o processo de

impeachment em abril de 2016 e o Senado validou-o em maio do mesmo ano, porém a votação final para o *impeachment* foi suspensa até o final das Olimpíadas do Rio em agosto de 2016, quando oficialmente Dilma deixou o cargo (BARBOSA-FILHO, 2020).

Em agosto de 2016 após o *impeachment* de Dilma, assumiu o vice Michel Temer (2016-2018). O governo Temer teve início com a promessa de redução da inflação, estabilização das finanças públicas e retomada do crescimento e os “agentes internos esperavam que o nível de atividade econômica aumentasse rapidamente após o afastamento de Dilma Rousseff, mas aconteceu o contrário”, com a recessão piorando no segundo semestre de 2016 e o PIB contraindo queda pelo segundo ano consecutivo (BARBOSA-FILHO, 2020, p. 619).

Apesar da “baixa popularidade e das denúncias envolvendo a cúpula do governo, Temer adotou uma agenda política reformista liberal que, na prática, foi bem-sucedida”, por meio da aprovação no Congresso Nacional da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) – dos gastos públicos e a reforma trabalhista (BRAGA; ZOLNERKEVIC, 2020, p. 23). Entretanto, as primeiras ações do governo Temer demonstraram uma “inclinação antipopular e desmanche da rede de proteção social constitucional”, por meio de uma série de legislações que objetivaram redesenhar o cenário político e social do país (GUILHERME, 2017, p. 14).

Temer possuía uma situação política frágil, em virtude da percepção popular como “um político tradicional e distorcido que traiu Dilma”, embora o público apreciasse uma “execução pública”, como o afastamento de Dilma, não simpatizavam com Temer. A opinião popular se manifestou em baixos índices de aprovação do governo e protestos populares exigindo a antecipação das eleições presidenciais de 2018 (BARBOSA-FILHO, 2020, p. 622).

Nas eleições presidenciais de 2018, existia um cenário de grande incerteza que culminou em uma eleição atípica. Havia uma perspectiva de retomada econômica, interrompendo a queda do PIB de anos anteriores, e obtendo singelo crescimento positivo de 1%, além da queda na inflação e da perspectiva de um cenário positivo por meio de uma política monetária expansionista no decorrer do ano.

Conforme aponta Barbosa-Filho (2020) havia na posição política esquerda, o ex-presidente Lula voltando a ser candidato pelo PT – Partido dos Trabalhadores, entretanto havia a expectativa de que sua candidatura fosse prejudicada em virtude da condenação anterior por corrupção. Lula foi preso em abril de 2018, e apesar da Constituição determinar o trânsito julgado de sentença condenatória, seu nome foi mantido. Apenas no final de agosto do mesmo ano, o Supremo Tribunal Federal (STF) posicionou-se contra a candidatura de Lula à presidência e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) rejeitou oficialmente o nome de Lula, fornecendo um prazo de dez dias ao PT para realizar uma nova indicação pelo partido,

assumindo em seu lugar o candidato Fernando Haddad, até então candidato à vice-presidência, que no início de agosto saiu de 4% para 13% nas intenções de voto em setembro. Cabe mencionar que o candidato da base governista era Henrique Meirelles, pelo partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB), cuja intenção de voto do eleitorado era de 1,2%.

Por sua vez, na posição política direita estava o candidato Jair Messias Bolsonaro, que iniciou sua campanha com uma média de intenção de voto de 15% e com apoio de grupos de extrema direita, atuando principalmente por meio das redes sociais. Sua candidatura obteve crescimento gradual durante os primeiros meses de campanha e adquiriu grande impulso após a tentativa de assassinato sofrida por Bolsonaro apenas um mês antes das eleições. Bolsonaro foi submetido a procedimentos cirúrgicos que o mantiveram fora dos debates presidenciais nas semanas que antecederam o primeiro turno de votação e durante esse período, sua campanha se baseou principalmente em vídeos e mensagens por meio da internet e redes sociais (BARBOSA-FILHO, 2020). Recursos atípicos e até então, pouco explorados por candidatos presidenciais, mas que conversavam diretamente com o público contribuindo para aumentar a popularidade de Bolsonaro.

Bolsonaro e Haddad chegaram ao segundo turno de votação e Bolsonaro saiu vitorioso com 55% dos votos. “Devido ao seu estado de saúde, evitou qualquer debate pessoal com Haddad, pelo que se tornou o primeiro presidente do Brasil – desde 1989 – a assumir o poder desta forma” (BARBOSA-FILHO, 2020, p. 624). No processo eleitoral de 2018 a maioria dos candidatos buscou se dissociar de um governo impopular e o candidato eleito, Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), pertencente ao Partido Social Liberal (PSL), em seu governo deu continuidade à agenda liberal. Nessa eleição, houve uma flutuação dos apoios eleitorais a favor do partido minoritário, que se posicionava contra o movimento petista, contribuindo para que Bolsonaro ganhasse as eleições (BRAGA; ZOLNERKEVIC, 2020).

Diante dos cenários apresentados das eleições presidenciais, a tabela seguinte expõe os dados históricos macroeconômicos referente ao período de 2001 até 2018 que influenciaram os pleitos eleitorais.

Tabela 2 – Dados macroeconômicos e avaliação momentânea, retrospectiva e prospectiva da economia

% / Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Crescimento PIB ANUAL	1,4	3,1	1,1	5,8	3,2	4,0	6,1	5,1	-0,1	7,5	4,0	1,9	3,0	0,5	-3,5	-3,3	1,3	1,3
Desemprego	9,4	9,1	9,7	9,0	9,3	8,4	8,1	7,1	8,3	6,7	6,0	7,3	7,2	6,9	8,7	11,5	12,5	12,0
Inflação IPCA	7,7	12,5	9,3	7,6	5,7	3,1	4,5	5,9	4,3	5,9	6,5	5,8	5,9	6,4	10,7	6,3	3,0	3,8
Dados Survey (%) – Avaliação da Economia																		
Atual (muito boa + boa)	9	11	10	9	13	29	38	37	32	39	28	35	27	-	13	4	5	6
Retrospectiva (muito melhor + um pouco melhor)	31	23	27	31	31	52	-	57	55	58	41	24	37	19	22	6	16	15
Prospectiva (muito melhor + um pouco melhor)	49	42	57	49	39	61	36	57	57	52	42	-	39	-	28	41	28	40

Fonte: Dados econômicos elaborado com base em World Bank (2018); Survey, elaborado com base em LAPOP (2012, 2014) e Latinobarômetro (demais anos).

Diante do segundo objetivo específico desta dissertação de verificar se existe correspondência entre a avaliação que o eleitor faz da economia e a verdadeira situação, expressa pelos indicadores macro, a tabela 3 apresenta resultado do teste de correlação do Coeficiente *Pearson*⁵, com o objetivo de testar a correlação existente entre os indicadores econômicos de crescimento do PIB, desemprego e inflação e a avaliação realizada pelo eleitor sobre o estado atual da economia, a retrospectiva e a prospectiva

A correlação é dada por meio de dados *surveys* (avaliação do eleitor) de um ano, com os indicadores macro do ano anterior, como por exemplo, o dado *survey* é de 2014 e o macro é do ano anterior, 2013.

Tabela 3 – Avaliação da economia

	Crescimento % PIB	Desemprego	Inflação IPCA
Atual (muito boa + boa)	0,566	-0,618	-0,561
Retrospectiva (muito melhor + um pouco melhor)	0,546	-0,320	-0,385
Prospectiva (muito melhor + um pouco melhor)	0,406	-0,150	0,143

Fonte: Elaborada no SPSS com base em LAPOP (2012, 2014) e Latinobarômetro (demais anos 2001 a 2018).

Na tabela 3, “o sinal indica direção positiva ou negativa do relacionamento e o valor sugere a força da relação entre as variáveis”, portanto, significa que os valores quanto mais próximos de 1, maior será o grau de dependência estatística linear entre as variáveis, por sua vez, quanto mais próximos de zero, menor será a força dessa relação (independente do sinal) (FIGUEIREDO FILHO; SILVA JÚNIOR, 2009, p. 119).

O primeiro fato encontrado é que a avaliação atual da economia é a que mais se correlaciona com os indicadores econômicos. Dessa maneira, tem-se que conforme aumenta o crescimento do PIB, também aumenta a avaliação atual da economia, como boa ou muito boa. Por sua vez, conforme aumenta o desemprego e a inflação, diminui a avaliação positiva da economia. Do mesmo modo, se comporta a avaliação retrospectiva. Esse resultado é convergente à observação de Camargos (2009) que quando há diminuição da inflação ou do desemprego, há maior apoio do eleitor ao titular, e se coaduna com Fernandes e Fernandes (2017) e Fernandes e Fernandes (2019), ao afirmarem que o crescimento econômico se apresenta como determinante do suporte eleitoral para o titular em exercício.

Já a avaliação prospectiva é a que menos se correlaciona com os indicadores econômicos, está mais próxima do crescimento do PIB, porém está mais distante dos indicadores de desemprego e inflação, ou seja, está negativamente correlacionada (valor

⁵ Corresponde a uma medida de associação linear entre variáveis, “exige um compartilhamento de variância e que essa variação seja distribuída linearmente” (FIGUEIREDO FILHO, SILVA JÚNIOR, 2009, p. 119).

moderado). Partindo disso, somente o PIB estaria correlacionado positivamente (valor moderado) com as avaliações momentânea, retrospectiva e prospectiva; desemprego estaria negativamente correlacionado (valor moderado) com a avaliação atual da economia, com a avaliação retrospectiva e com a avaliação prospectiva, mas nestas duas últimas, com uma correlação negativa de valor fraco. Por último, a inflação estaria negativamente correlacionada (valor moderado) com a avaliação momentânea da economia e positivamente correlacionada (valor fraco) com a avaliação prospectiva⁶.

Considerando a correspondência que o eleitor faz da economia e a situação expressa pelos indicadores, é possível afirmar que no pleito eleitoral de 2002 evidenciou-se que o eleitor avaliou prospectivamente o estado da economia, almejando melhora na situação econômica do país daqui a doze meses, em virtude do alto percentual de inflação (12,5%) e desemprego⁷ (9,1%), muito embora houvesse um cenário atual de crescimento do PIB de 3,1%. Isso significa que quando o eleitor avaliou prospectivamente o estado da economia na eleição de 2002, diminuiu a avaliação positiva da economia e houve redução no apoio ao titular, indicando correspondência entre a avaliação do eleitor acerca da economia e a verdadeira situação.

Em 2006, de modo semelhante, o eleitor também avaliou prospectivamente o estado da economia, porém a inflação já havia sido reduzida a 3,1% ao ano, o desemprego a 8,4%, e o PIB crescendo a 4%, por meio de um cenário otimista. Neste caso, quando o eleitor avaliou prospectivamente o estado da economia, houve maior apoio do eleitor ao titular em virtude da queda da inflação, contudo, houve crescimento do PIB, contribuindo para o aumento da avaliação futura da economia, como um pouco melhor ou muito melhor, indicando correspondência entre a avaliação do eleitor acerca da economia e a verdadeira situação.

Em 2010 o eleitor avaliou retrospectivamente e prospectivamente a situação econômica do país, considerando que a economia do país estava melhor do que no ano anterior, quando o PIB obteve crescimento em 2010 de 7,5% saindo de um patamar negativo, além disso o desemprego e a inflação obtiveram queda, também aumentou a avaliação atual da economia, como boa ou muito boa do que há doze meses, indicando que a avaliação do eleitor se coaduna com a situação econômica real.

Já em 2014, o eleitor voltou a avaliar retrospectivamente a situação econômica do país, contudo houve queda no PIB de 0,5% em relação ao ano anterior, também houve queda no

⁶ Considerando valores de referência apontados por Dancy e Reidy (2005 *apud* FIGUEIREDO FILHO, SILVA JÚNIOR, 2009, p. 119): $r = 0,10$ até $0,30$ (fraco); $r = 0,40$ até $0,6$ (moderado); $r = 0,70$ até 1 (forte).

⁶ Cabe destacar que há limitações na correlação realizada, tendo em vista que se está lidando com dados de naturezas diferentes, sendo dados agregados e dados de nível individual, indicando apenas uma correspondência entre um e outro.

desemprego, porém a inflação subiu. Neste caso, quando o eleitor avaliou retrospectivamente, a avaliação positiva atual da economia, como boa ou muito boa do que há doze meses, evidenciando que a situação econômica atual do país não está melhor do que há doze meses e a avaliação do eleitor não se coaduna com a situação econômica real.

Por fim, em 2018 o eleitor avaliou prospectivamente a situação econômica do país, sendo que o PIB se manteve constante em relação ao ano anterior, porém o desemprego estava alto, isso evidencia que o eleitor tinha expectativas de que a situação economia do país ficaria melhor do que estaria atualmente, e a avaliação do eleitor se coaduna com a situação econômica real.

O processo de avaliação por parte do eleitor é complexo, pois é difícil afirmar que exista um processo avaliativo consistente, no qual o eleitor avalie o comportamento de todos os indicadores ou se leva em consideração um indicador em detrimento de outro, ao afirmar que a situação econômica do país está melhor agora do que há doze meses ou se estará melhor no futuro daqui a doze meses.

4.2 O VOTO ECONÔMICO NAS ELEIÇÕES DE 2014 E 2018

O pleito eleitoral para presidente em 2010, que elegeu Dilma para o seu primeiro mandato, foi um pleito em que o voto econômico voltou a se manifestar com mais clareza. Assim, partindo dessa constatação empírica, de que a eleições de 2010 foi tipicamente econômica, serão utilizadas as mesmas variáveis que Pereira (2014b) considerou em seu estudo, exceto a residência rural/urbano, para averiguar se a economia continuou sendo determinante na definição dos votos nos pleitos seguintes, de 2014 e 2018, sendo esta última, fortemente marcada por uma deterioração da economia e pela entrada do país em um período de recessão e alta da inflação.

Diante disso, adotou-se como variável dependente a decisão de voto do eleitor para presidente e como variável independente, a avaliação retrospectiva da economia. Como variáveis de controle adotou-se: sexo, idade, escolaridade, renda familiar, região do país e sentimento partidário que serão apresentadas a seguir.

Nesta dissertação, optou-se por utilizar uma base dados existente que foram coletados e compilados pelo ESEB – Estudo Eleitoral Brasileiro, um *survey* nacional pós-eleitoral de cunho acadêmico realizado pelo CESOP – Centro de Estudos de Opinião Pública, e abrange questões sobre os aspectos do funcionamento político brasileiro, elaboradas por pesquisadores do CESOP em colaboração com pesquisadores de universidades brasileiras e internacionais

(CESOP, 2020), pelo LAPOP – Projeto de Opinião Pública da América Latina, que produz o Barômetro das Américas, um projeto de pesquisas de opinião pública com os cidadãos de mais de 30 países das Américas e Caribe, da *Vanderbilt University* nos Estados Unidos, que abrange amostras representativas da população brasileira sobre diferentes temas relacionados ao governo, eleições e comportamento político como confiança nas instituições, tolerância política e participação em atividades políticas (FGV, 2019) e pelo Latinobarômetro, uma organização de direito privado sem fins lucrativo com sede em Santiago.

Os dados utilizados do ESEB 2014 e 2018 foram empregados para analisar o voto no presidencialismo, a avaliação da economia e o relacionamento das demais variáveis já mencionadas para estas eleições. Conforme observa Pereira (2014b) é essencial utilizar modelos multivariados para analisar adequadamente o voto econômico, por meio do modelo logístico multinomial, que trata diretamente de variáveis dependentes nominais acima de duas categorias.

Nesse sentido, acerca da variável “voto para presidente/a no primeiro turno” na eleição de 2014 antes distribuídas entre (1) Aécio Neves, (2) Dilma, (3) Eymael, (4) Eduardo Jorge, (5) Levy Fidelix, (6) Luciana Genro, (7) Marina Silva, (8) Mauro Iasi, (9) Pastor Everaldo, (10) Rui Costa Pimenta e (11) Zé Maria, foram recodificadas da seguinte maneira: (1) Dilma, (2) Aécio e (3) Outros, dessa maneira, a variável foi recodificada para voto no candidato do governo, voto no principal candidato opositor e voto nos demais candidatos. Por sua vez, na eleição de 2018, antes distribuídas entre (1) Álvaro Dias, (2) Cabo Daciolo, (3) Ciro Gomes, (4) Eymael, (5) Fernando Haddad, (6) Geraldo Alckmin, (7) Guilherme Boulos, (8) Henrique Meireles, (9) Jair Bolsonaro, (10) João Amoedo, (11) Marina Silva, (12) Vera e (13) João Goulart Filho, dessa maneira, a variável foi recodificada para voto no candidato do governo, voto no principal candidato opositor, voto no primeiro candidato mais bem colocado do governo, voto no segundo candidato mais bem colocado, voto no principal candidato da oposição e voto nos demais candidatos.

Acerca da variável sentimentos partidários, foi realizada a somatória de duas variáveis: “Existe algum partido político que representa a maneira como o(a) sr(a) pensa? (0- Não e 1-Sim)” + “Existe algum partido político que o(a) sr(a) goste mais que os outros? (0- Não e 1-Sim)”. Essa operação resultou em uma variável com 3 categorias: 0 – 1 – 2, sendo que o valor 0 representa a total ausência de sentimentos positivos com os partidos políticos e 2 a total presença de sentimentos positivos com partidos políticos (existe partido que representa o que ele pensa; e tem partido que ele gosta mais que outros).

Nesse sentido, as informações a respeito das codificações das variáveis incluídas nos modelos de regressão logística multinomial se encontram na tabela seguinte.

Tabela 4 – Variáveis codificadas

Variável	Codificação 2014	Codificação 2018
Voto para presidente/a no primeiro Turno: Para quem votou no primeiro turno nesta eleição”?	1- Dilma; 2- Aécio; 3- Outros.	1- Meirelles; 2- Bolsonaro; 3- Haddad; 4. Outros.
Avaliação da Economia	“Na sua opinião, a atual situação econômica do Brasil está melhor, igual ou pior, que há doze meses atrás?”: 0- Pior; 1- Igual; 2- Melhorou.	“O(A) sr(a) considera que a situação econômica atual do país está muito melhor, um pouco melhor, está igual, um pouco pior ou muito pior que nos últimos doze meses?”, porém com outra categorização: 1- Muito pior; 2- Um pouco pior; 3- Igual; 4- Um pouco melhor; 5- Muito melhor.
Sentimentos Partidários	0- Ausência total de sentimentos positivos com os partidos políticos; 1- Sentimentos parciais com os partidos políticos; 2- Presença total de sentimentos positivos com partidos políticos.	
Sexo	1- Masculino; 2- Feminino.	
Faixa de Idade	1- 16 e 17 anos; 2- 18 a 24 anos; 3- 25 a 34 anos; 4- 35 a 44 anos; 5- 45 a 54 anos; 6- 55 a 64 anos; 7- 65 anos ou mais.	
Escolaridade	01- Analfabeto/ Nunca frequentou escola 02- Primário incompleto (até 3ª série do ensino fundamental) 03- Primário completo (4ª. série do ensino fundamental) 04- Ginásio incompleto (até 7ª série do ensino fundamental) 05- Ginásio completo (8ª série do ensino fundamental) 06- Colegial incompleto (até 2ª série do ensino médio) 07- Colegial completo (3ª série do ensino médio) 08- Ensino universitário incompleto ou especialização (técnico após ensino médio) 09- Ensino universitário completo 10- Pós-graduação ou mais	
Faixa de Renda Familiar	01- Até R\$ 724,00 (até 1 salário-mínimo) 02- De R\$ 724,00 até R\$ 1.448,00 (mais de 1 até 2 salários-mínimos) 03- De R\$ 1.449,00 até R\$ 3.620,00 (mais de 2 até 5 salários-mínimos) 04- De R\$ 3.621,00 até R\$ 7.240,00 (mais de 5 até 10 salários-mínimos) 05- De R\$ 7.241,00 a R\$ 10.860,00 (mais de 10 até 15 salários-mínimos) 06- De R\$ 10.861,00 a R\$ 14.480,00 (mais de 15 até 20 salários-mínimos) 07- Mais de R\$ 14.480,00 (mais de 20 salários-mínimos)	
Região	1- Norte; 2- Nordeste; 3- Sudeste; 4- Sul; 5- Centro-Oeste.	

Fonte: Elaborada pela autora (2021).

Considerando que a questão relacionada à avaliação da economia, foi abordado o voto econômico retrospectivo, presente nos *surveys* do ESEB, a seguir tem-se as tabelas com a porcentagem válida para as duas variáveis principais, sendo: voto para presidente e avaliação

da economia, primeiramente na eleição de 2014 e, em seguida, na eleição de 2018. As tabelas 5 a 10 apresentam apenas informações descritivas sobre os casos considerados na análise.

Tabela 5 – Voto para presidente/a no primeiro turno

Votou em	Valid Percent
Dilma	48,2
Aécio	32,9
Outros	18,8
Total	100,0

Fonte: Elaborada no SPSS com base no ESEB (2014).

Pode-se observar na eleição presidencial de 2014 que Dilma obteve a maior concentração de votos no primeiro turno desta eleição (48,2%), seguido pelo principal candidato da oposição Aécio Neves (32,9%).

Quando perguntado ao eleitor se a atual situação econômica do país está melhor, igual ou pior, que há doze meses, a avaliação retrospectiva resultou em um comportamento de 47% dos eleitores considerarem que manteve-se igual ao ano anterior.

Tabela 6 – Avaliação retrospectiva sobre a situação econômica do país (há 12 meses)

Avaliação	Valid Percent
Pior	28,3
Igual	47,0
Melhorou	24,7
Total	100,0

Fonte: Elaborada no SPSS com base no ESEB (2014).

Por sua vez, a tabela seguinte evidencia que, 64% dos eleitores que avaliaram que a situação econômica melhorou optaram por votar na candidata Dilma, em sequência, 22% optaram por votar no candidato Aécio, e por fim, os demais 14% optaram por votar nem outros candidatos.

Tabela 7 – Cruzamento do voto para presidente e avaliação retrospectiva sobre a situação econômica do país

Avaliação economia	Voto para presidente x avaliação retrospectiva		
	Pior	Igual	Melhorou
Dilma	30%	50%	64%
Aécio	45%	32%	22%
Outros	24%	18%	14%
Total	100%	100%	100%

Fonte: Elaborada no SPSS com base no ESEB (2014).

Considerando o pleito eleitoral de 2018, pode-se observar na tabela a seguir, que o candidato presidenciável Bolsonaro obteve a maior concentração de votos no primeiro turno desta eleição (43,9%), seguido pelo principal candidato da oposição Fernando Haddad (29,9%), e por último, tem-se o candidato do governo Henrique Meirelles (apenas com 0,7%).

Tabela 8 – Voto para presidente/a no primeiro turno

Voto em	Valid Percent
Meirelles	,7
Bolsonaro	43,9
Haddad	29,0
Outros	26,4
Total	100,0

Fonte: Elaborada no SPSS com base no ESEB (2014).

Quando indagado ao eleitor se a situação econômica do país está muito melhor, um pouco melhor, igual, um pouco pior ou muito pior que há doze meses, a avaliação retrospectiva resultou em uma percepção de 44,7% dos eleitores considerarem que a economia está muito pior agora do que no ano anterior, chegando a totalizar 66% (muito pior + um pouco pior) a quantidade de eleitores que enxergam que economia piorou, contra apenas 2% ele eleitores que consideram que a situação economia estaria muito melhor que há 12 meses.

Tabela 9 – Avaliação retrospectiva sobre a situação econômica do país (há 12 meses)

Avaliação	Valid Percent
Muito Pior	44,7
Um pouco pior	21,2
Igual	19,8
Um pouco melhor	12,3
Muito melhor	2,0
Total	100,0

Fonte: Elaborada no SPSS com base no ESEB (2018).

Por sua vez, a tabela seguinte evidencia que, 42% dos eleitores que avaliaram que a situação econômica está muito melhor, optaram por votar no candidato Haddad, em sequência, 32% optaram por votar no candidato Bolsonaro, e por fim, 26% optaram por votar nos demais candidatos.

Tabela 10 – Cruzamento do voto para presidente e avaliação retrospectiva sobre a situação econômica do país

Avaliação Economia	Voto para presidente x Avaliação retrospectiva				
	Muito pior	Um pouco pior	Igual	Um pouco melhor	Muito melhor
Meirelles	1%	0%	1%	1%	0%
Bolsonaro	41%	40%	50%	56%	32%
Haddad	35%	29%	20%	18%	42%
Outros	24%	31%	30%	25%	26%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaborada no SPSS com base no ESEB (2018).

Dando continuidade na análise dos dados, com o modelo de regressão logística multinomial, considerando as eleições presidenciais de 2014, tem-se que, para cada aumento na escala de avaliação da economia, a chance de votar no candidato Aécio, em relação à Dilma, diminui 51,6%. Portanto, avaliar bem a economia, torna o eleitor menos propenso a votar no candidato da oposição, nesse caso Aécio Neves. Por sua vez, ao considerar as eleições presidenciais de 2018, a avaliação da economia não alcançou significância em nenhum dos casos, conforme se pode observar na Tabela 11.

Tabela 11 – Regressão logística multinomial

2014					2018						
Categoria Ref. Dilma		B	Wald	Sig.	Exp(B)	Categoria Ref. Meirelles		B	Wald	Sig.	Exp(B)
Candidato	Variáveis					Candidato	Variáveis				
Aécio	Intercept	-1,031	7,348	,007		Bolsonaro	Intercept	5,250	7,162	,007	
	Ava_Retro_Econ	-,726	76,324	,000	,484		Ava_Retro_Econ	-,024	,008	,929	,977
	Senti_Part	-,214	9,524	,002	,808		Senti_Part	,684	1,406	,236	1,981
	FAIXA_IDAD	,029	,489	,484	1,030		FAIXA_IDAD	-,188	,822	,365	,829
	ESCOLA	,103	11,214	,001	1,108		ESCOLA	-,327	3,623	,057	,721
	FAIXA_RENDAF	,321	26,502	,000	1,378		FAIXA_RENDAF	,493	2,009	,156	1,637
	[D2_SEXO=1]	-,049	,171	,679	,952		[D2_SEXO=1]	,320	,278	,598	1,377
	[D2_SEXO=2]	0	.	.	.		[D2_SEXO=2]	0	.	.	.
	[REG=1]	,161	,278	,598	1,174		[REG=1]	,316	,048	,827	1,371
	[REG=2]	-,781	8,076	,004	,458		[REG=2]	,806	,313	,576	2,240
	[REG=3]	,230	,843	,359	1,259		[REG=3]	,969	,612	,434	2,636
[REG=4]	,649	5,593	,018	1,913	[REG=4]	-	1,912	,167	,220		
[REG=5]	0	.	.	.	[REG=5]	1,512	.	.	.		
Outros	Intercept	-1,079	5,613	,018		Haddad	Intercept	5,848	8,763	,003	
	Ava_Retro_Econ	-,703	52,175	,000	,495		Ava_Retro_Econ	-,233	,765	,382	,792
	Senti_Part	-,339	16,731	,000	,712		Senti_Part	1,026	3,150	,076	2,791
	FAIXA_IDAD	-,059	1,481	,224	,942		FAIXA_IDAD	-,224	1,153	,283	,799
	ESCOLA	,165	21,015	,000	1,179		ESCOLA	-,460	7,082	,008	,631
	FAIXA_RENDAF	,112	2,342	,126	1,119		FAIXA_RENDAF	,487	1,960	,162	1,627
	[D2_SEXO=1]	-,122	,789	,374	,885		[D2_SEXO=1]	-,299	,239	,625	,742
	[D2_SEXO=2]	0	.	.	.		[D2_SEXO=2]	0	.	.	.
	[REG=1]	-,497	1,330	,249	,609		[REG=1]	,463	,101	,750	1,589
	[REG=2]	,162	,242	,623	1,176		[REG=2]	1,920	1,758	,185	6,822
	[REG=3]	,585	3,417	,065	1,795		[REG=3]	,886	,502	,479	2,426
[REG=4]	-,023	,004	,950	,977	[REG=4]	-	1,939	,164	,213		
[REG=5]	0	.	.	.	[REG=5]	1,545	.	.	.		
Outros	Intercept					Outros	Intercept	3,988	4,082	,043	
	Ava_Retro_Econ	-,050	,035	,852	,952		Ava_Retro_Econ	-,050	,035	,852	,952
	Senti_Part	,225	,150	,698	1,252		Senti_Part	,225	,150	,698	1,252
	FAIXA_IDAD	-,204	,958	,328	,816		FAIXA_IDAD	-,204	,958	,328	,816
	ESCOLA	-,220	1,617	,204	,803		ESCOLA	-,220	1,617	,204	,803
	FAIXA_RENDAF	,495	2,030	,154	1,641		FAIXA_RENDAF	,495	2,030	,154	1,641
	[D2_SEXO=1]	-,193	,099	,752	,825		[D2_SEXO=1]	-,193	,099	,752	,825
	[D2_SEXO=2]	0	.	.	.		[D2_SEXO=2]	0	.	.	.
	[REG=1]	,300	,042	,837	1,350		[REG=1]	,300	,042	,837	1,350
	[REG=2]	1,947	1,803	,179	7,005		[REG=2]	1,947	1,803	,179	7,005
	[REG=3]	1,652	1,746	,186	5,220		[REG=3]	1,652	1,746	,186	5,220
[REG=4]	-,865	,610	,435	,421	[REG=4]	-,865	,610	,435	,421		
[REG=5]	0	.	.	.	[REG=5]	0	.	.	.		

Fonte: Elaborada no SPSS com base no ESEB (2014; 2018).

Inicia-se com o modelo para 2014, das sete variáveis que estão relacionadas ao candidato Aécio, três não apresentaram significância: faixa de idade, sexo e região (região 1 – norte e região 3 – sudeste). Outras quatro apresentaram significância, dado o valor exponencial de B (Exp(B))⁸ tem-se que:

- Avaliação retrospectiva da economia – conforme melhora a avaliação do eleitor da situação da economia, diminui em 51,6% as chances do eleitor votar no candidato

⁸ A interpretação de B corresponde ao efeito que a mudança de uma unidade no preditor provoca no logaritmo natural da razão de chance da variável dependente. Assim, o valor exponencial de B representa o efeito produzido em termos de razão de chance de ocorrência do evento e é calculado pela fórmula: $\text{Exp}(B)-1 \times 100$. Assim, tem-se como exemplo, o exponencial de B para o candidato Aécio, considerando a variável avaliação retrospectiva da economia, que é dado por $\text{Exp}(B)-1 \times 100 = 0,484 - 1 \times 100 = -51,6\%$.

Aécio em relação à Dilma, ou seja, aqueles eleitores que avaliaram que a situação econômica do país está melhor, tenderam a votar na candidata Dilma. Além disso, a decisão de votar em Aécio ou em Dilma, depende da avaliação retrospectiva da economia;

- Sentimentos partidários – possuir sentimento de estima por algum partido político diminui em 19,2% as chances do eleitor votar em Aécio;
- Escolaridade – a cada aumento na faixa de escolaridade, aumentam as chances do eleitor votar em 10,8% no candidato Aécio;
- Faixa de renda familiar – a cada aumento na faixa de renda familiar, aumenta em 37,8% as chances de o eleitor votar em Aécio;
- Região nordeste e região sul – aqueles eleitores residentes na região nordeste reduzem as chances em 54,2% de votar em Aécio. Por sua vez, aqueles eleitores que residem na região sul aumentam as chances em 91,3% de votar no candidato Aécio;

Considerando ainda a eleição de 2014, das sete variáveis que estão relacionadas a outros candidatos em relação à Dilma, quatro não apresentaram significância: faixa de idade, renda familiar, sexo e região. Outras três apresentaram significância:

- Avaliação retrospectiva da economia – na medida que o eleitor avalia que a situação econômica do país está melhor, diminui em 50,5% as chances do eleitor votar em outros candidatos, tendendo a votar na candidata Dilma;
- Sentimentos partidários – possuir sentimento de estima por algum partido político diminui em 28,8% as chances do eleitor votar em outros candidatos em relação à Dilma;
- Escolaridade – a cada aumento na faixa de escolaridade, aumentam as chances do eleitor em 17,9% de votar nos demais candidatos à presidência, do que em Dilma.

Considerando a variável sentimentos partidários na eleição de 2014, evidencia-se conforme Veiga e Dutt-Ross (2016) que a afetividade partidária exerce impacto na avaliação da economia, pois a afinidade com o partido mandatário e o distanciamento do principal partido da oposição, tem efeito positivo na avaliação do eleitor.

Inicia-se com o modelo para 2018, das sete variáveis que estão relacionadas ao candidato Bolsonaro em relação à Meirelles, as sete não apresentaram significância: avaliação retrospectiva da economia, sentimentos partidários, faixa de idade, escolaridade, faixa de renda familiar, sexo e região. Dando continuidade na eleição de 2018, das sete variáveis que estão

relacionadas ao candidato Haddad, seis não apresentaram significância: avaliação retrospectiva da economia, sentimentos partidários, faixa de idade, faixa de renda familiar, sexo e região. Apenas uma apresentou significância:

- Escolaridade – a cada aumento na faixa de escolaridade, diminuem em 36,9% as chances do eleitor votar no candidato Haddad em relação à Meirelles.

Por fim, considerando ainda a eleição de 2018, das sete variáveis que estão relacionadas a Outros candidatos, as sete não apresentaram significância: avaliação retrospectiva da economia, sentimentos partidários, faixa de idade, escolaridade, faixa de renda familiar, sexo e região.

Cabe mencionar, que para encontrar de forma detalhada as tabelas de distribuição de frequência para cada variável e os modelos de regressão é possível consultar os Apêndices A e B para análise de frequência, C e D para análise de regressão.

Por fim, cabe uma breve digressão sobre as eleições de 2018, para além do escopo do voto econômico objeto desse estudo. De partida, se constata que essas eleições foram singulares, um pleito *sui generis*. Talvez, os adjetivos mais comuns para qualificar uma determinada eleição sejam poucos para dar conta do “o que foi?” essas eleições: um fim de ciclo, uma ruptura eleitoral com um padrão estabelecido, uma eleição disruptiva (ABRANCHES, 2019; NICOLAU, 2020; MOURA; CORBELLINI, 2019). Fato é que a cesta de determinantes que explicam a vitória de Jair Bolsonaro é ampla, diversa e complexa de ser apreendida em sua totalidade.

Havia um quadro de crise que durava alguns anos, com ampla insatisfação com o sistema político que remontam, pelo menos, ao ano de 2013. Demandas e insatisfações diversas que não foram processadas pelas instituições políticas e seus atores. Além disso, havia uma grande operação de combate à corrupção que se propôs a não só combatê-la, mas também de destruir o sistema político e perseguir alguns atores políticos específicos, nesse caso o ex-presidente Lula. O petista era o franco favorito em 2018 e que, em razão de um julgamento célere, fora do comum, com base em um processo que violou garantias básicas do Estado Democrático de Direitos, teve sua prisão efetivada, a despeito da garantia constitucional de que um cidadão só será culpado depois do trânsito em julgado de sentença penal condenatória. Fatos posteriores corroboram o caráter persecutório da Lava Jato quanto à figura de Lula, tanto que o juiz da operação que o condenou, levando-o à prisão e o tirando do pleito de 2018, deixou a magistratura para integrar o governo Bolsonaro, grande beneficiário da exclusão de Lula, das eleições.

Existia uma crise política, econômica e moral que não cessou com o *impeachment* da presidenta Dilma, pelo contrário, a crise se arrastou e dragou todos os partidos e políticos que, de alguma forma, eram identificados com o sistema. Por outro lado, a candidatura de Bolsonaro foi o escoadouro de todas essas insatisfações, alimentada nos últimos cinco anos, sendo o candidato diferente, com um discurso antissistema e que estava com sua candidatura à presidência na praça desde 2014. Juntam-se a isso alguns aspectos conjunturais da campanha, como o atentado à faca que vitimou o presidenciável Bolsonaro, e estava formada a onda perfeita que varreu as eleições de 2018.

Portanto, constatar que o voto econômico não se manifestou em 2018, conforme o modelo indicou e na forma operacional que preconiza a literatura, não é afirmar que não houve influência da condição econômica, na definição do voto. É provável que a satisfação/insatisfação com o desempenho econômico tenha sido um fator em meio a inúmeros outros e mais decisivos, como a insatisfação com “tudo que está aí”, ou seja, com o próprio sistema político, sendo o antipetismo uma fração desse sentimento.

5 CONCLUSÃO

O objetivo geral deste trabalho foi analisar os efeitos do voto econômico considerando contextos de estabilidade e instabilidade econômica na definição de voto do eleitor em eleições presidenciais brasileiras. A justificativa do estudo se deu pela incidência do voto econômico tanto em democracias estáveis, quanto em contextos de democracias recentes, principalmente no caso da América Latina e do Brasil, que vivenciaram cenários de instabilidades políticas e crises econômicas e como isso, de fato, poderia intensificar a incidência do voto econômico no comportamento do eleitor ao optar pela escolha de seu candidato à presidência. Assim, o presente trabalho buscou contribuir para o preenchimento de lacunas nessa agenda de pesquisa em expansão no campo da Ciência Política.

Nesse sentido, o balanço da literatura indicou que a teoria do voto econômico tem sido investigada sob a predominância da abordagem de recompensa/punição e encontrado maior frequência de análise nas publicações a respeito do eleitor satisfacionista que recompensa ou pune o incumbente com base no desempenho de seu governo. Contudo, o processo analítico de atribuição de responsabilidade ao titular pelos resultados econômicos não é simples, assim cabe observar, que é possível que o eleitorado possa cometer equívocos ao distinguir os resultados econômicos que resultam de choques exógenos daqueles que derivam da formulação de políticas, pois na falta dessa distinção, reside o risco de punir ou recompensar os presidenciáveis por sua irreal competência. Além disso, ambientes influenciados por crises econômicas, como é o caso de países latino-americanos e brasileiros, acabam por afetar negativamente os votos no incumbente, tendendo o eleitor a votar cada vez menos no titular ou em seus candidatos quando possui uma percepção de piora na economia, e contextos em que existem crises recorrentes, a relação entre economia e voto é mais forte do que em países onde as crises são ocasionais. Dessa maneira, ambientes nos quais os eleitores estão sujeitos a maiores variações na economia, recebem mais atenção à performance dos indicadores macroeconômicos.

Diante de tal contexto, a análise dos *surveys* de opinião pública das eleições presidenciais brasileiras buscou responder as perguntas levantadas na introdução desta dissertação. Para tanto, ao traçarmos os cenários econômicos das eleições presidenciais ocorridas de 2002 a 2018, o primeiro conjunto de resultados evidenciou que o comportamento da economia no decorrer dos anos passou por diversas oscilações no crescimento do PIB, desemprego e inflação e isso influenciou na avaliação do eleitor, quando em 2010 o eleitor avaliou retrospectivamente e prospectivamente a situação econômica do país, considerando que

a economia do país estava melhor do que no ano anterior, já em 2014, o eleitor também avaliou retrospectivamente a situação econômica, e em 2018 o eleitor avaliou prospectivamente a situação da economia. Além disso, o cenário de crescimento econômico, garantiu a eleição de Dilma em 2010 e sua reeleição em 2014, entretanto, um cenário de instabilidade de crise política e econômica nos anos seguintes, culminaram em movimentos de insatisfação por parte do eleitorado, *impeachment* e um resultado atípico nas eleições de 2018, quando foi eleito um candidato da oposição, resultado do comportamento punitivo do eleitor insatisfeito com a base governista.

Ao avançar no sentido de verificar se a avaliação que o eleitor faz da economia, se coaduna com a situação econômica real, medida a partir dos indicadores macroeconômicos, a correlação de Pearson indicou que a avaliação atual da economia é a que mais se correlaciona com os indicadores econômicos, de forma que, aumentando o crescimento do PIB, tem-se o aumento da avaliação atual da economia, como boa ou muito boa, e conforme aumenta o desemprego e a inflação, diminui a avaliação positiva da economia. Isso se reproduz para a avaliação retrospectiva. Já a avaliação prospectiva foi a menos correlacionada com os indicadores econômicos, estando mais próxima do crescimento do PIB, porém mais distante dos indicadores de desemprego e inflação, estando negativamente correlacionada.

A fim de se estimar se a avaliação que o eleitor faz da economia, produz efeitos em sua escolha eleitoral, considerando os diversos contextos econômicos em que as eleições ocorreram, o modelo de regressão logística multinomial evidenciou que em 2010, a avaliação da economia foi estatisticamente significativa na decisão de voto para presidente e, embora houvesse um cenário econômico de crise internacional, houve pouco reflexo no país, conseguindo ainda obter crescimento. Em 2014, a avaliação da economia foi estatisticamente significativa na decisão de voto para presidente, existindo um cenário de crescimento econômico decrescente, e uma eleição na eminência da crise. Por fim, em 2018, a avaliação da economia não foi estatisticamente significativa na decisão de voto para presidente, com um cenário de crise econômica. No caso da eleição de 2018, diferentes fatores acabaram influenciando o eleitor na decisão de voto para presidente, sugerindo um comportamento disruptivo de final de ciclo, com uma arena política de Bolsonaro se concentrando em atacar a base petista para promover sua própria agenda política, além desse candidato apresentar certa instabilidade para bases partidárias, alinhado a isso o contexto de descobertas de ações de corrupção. Além disso, Amorim Neto (2016) aponta para fatores como a personalidade presidencial, o presidencialismo e a fragmentação partidária como variáveis que ajudam a compreender as eleições de 2018.

Tendo em vista tanto a discussão teórica quanto o conjunto de resultados apresentados, conclui-se que a variável avaliação retrospectiva foi fundamental para eleger os presidentes em 2010 e 2014, inclusive em anos anteriores, contudo, há potencial conteúdo para o estabelecimento de uma agenda de pesquisas para analisar além da variável da avaliação da economia, outras variáveis como sexo, escolaridade, sentimentos partidários, região e a sofisticação política podem assumir alguma significância em uma análise global do comportamento do eleitor, analisando-se o reflexo de cada uma para a escolha do presidente. Além disso, explorar o comportamento de fatores exógenos na escolha presidencial poderia ser um caminho para pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio. Polarização radicalizada e ruptura eleitoral. *In: Democracia em risco?* 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AMARAL, Oswaldo E. do.; TANAKA, Marcela. Como os brasileiros escolhem os governadores? Desvendando as razões do voto para os executivos estaduais no Brasil em 2014. *Opin. Publica*, Campinas, v. 22, n. 3, p. 675-701, dez. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762016000300675&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 24 dez. 2020.

AMORIM NETO, Octavio. A crise política brasileira de 2015-2016: Diagnóstico, sequelas e profilaxia. *Relações Internacionais*. Dezembro: 2016. pp. 043-054. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/317470884_A_crise_politica_brasileira_de_2015-2016_Diagnostico_sequelas_e_profilaxia. Acesso em: 28 mar. 2021.

ATKESON, Lonna Rae; PARTIN, Randall W. Economic and referendum voting: a comparison of gubernatorial and senatorial elections. *American Political Science Review*, v. 89, n. 1, p. 99-107, 1995.

AUBERGER, Antoine; DUBOIS, Eric. The influence of local and national economic conditions on French legislative elections. *Public Choice*, v. 125, n. 3-4, p. 363-383, 2005. Disponível em: <http://link.springer.com/10.1007/s11127-005-3056-9>. Acesso em: 21 abr. 2020.

BABBIE, Earl. *Métodos de pesquisas de survey*. Belo Horizonte: Ed. da UGMG, 1999.

BARBOSA-FILHO, Nelson H. De Dilma a Bolsonaro: la política económica de Brasil de 2011 a 2019. *El Trimestre Económico*, Fondo de Cultura Económica, v. 87, n. 347, p. 597-634, Jul./Sept. 2020. Disponível em: <https://www.eltrimestreeconomico.com.mx/index.php/te/article/view/1080>. Acesso em: 2 jan. 2021.

BORSANI, Hugo. *Eleições e economia: instituições políticas e resultados macroeconômicos na América Latina, 1979-1998*. Ed. UFMG. 2003.

BRAGA, Maria do Socorro; ZOLNERKEVIC, Aleksei. Padrões de votação no tempo e no espaço: classificando as eleições presidenciais brasileiras. *Revista Opinião Pública*, Campinas, v. 26, n. 1, p. 1-33, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8659514>. Acesso em: 12 nov. 2020.

CAMARGOS, Malco Braga. A economia pode determinar o resultado de uma eleição? *Em Debate*, Belo Horizonte, v.1, n.4, p. 5-10, dez. 2009. Disponível em: <http://opiniaopublica.ufmg.br/site/files/edicao/ed-dez-2009.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2020.

CAMARGOS, Malco Braga. *Do bolso para as urnas: a influência da economia na escolha entre Fernando Henrique e Lula nas eleições de 1998*. 74 f. 1999. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: http://doxa.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2016/02/CAMARGOS_1999.pdf. Acesso em: 3 nov. 2020.

- CAMPBELL, Angus *et al.* **The American Voter**. Chicago: The University of Chicago Press Chicago and London, 1960.
- CAMPELLO, Daniela. Retrospective voting and democratic accountability. *In: AMES, BARRY, editor. Routledge handbook of Brazilian politics*. New York, NY: Routledge, 2019. p. 202-2015.
- CAMPELLO, Daniela; ZUCCO JR, Cesar. **Commodity price shocks and misattribution of responsibility for the economy**: observational and experimental evidence. 2018. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/27684>. Acesso em: 2 nov. 2020.
- CAMPELLO, Daniela; ZUCCO JR, Cesar. Presidential Success and the World Economy. **The Journal of Politics**, v. 78, n. 2, 29 Dec. 29, 2015. Disponível em: <https://professor.fgv.br/sites/default/files/users/user62/PaperJOP2016.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2021.
- CARREIRÃO, Yan de Souza. Avaliação do Governo e “Voto Econômico”. **Lua Nova**, São Paulo, n. 48, p. 213-145, dez. 1999.
- CARREIRÃO, Yan de Souza; RENNÓ, Lucio R. Presidential Voting: Partisanship, Economy, Ideology. *In: In: AMES, BARRY, editor. Routledge handbook of Brazilian politics*. New York, NY: Routledge, 2019. p. 216-235.
- CENTRO DE ESTUDOS DE OPINIÃO PÚBLICA. **Sobre o ESEB**. CESOP, 2020. Disponível em: <https://www.cesop.unicamp.br/por/eseb>. Acesso em: 7 jul. 2020.
- CORRÊA, Diego Sanches. Economia, Ideologia e Eleições na América Latina. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 2, p. 401-426, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582015000200401. Acesso em: 1 jun. 2020.
- DEBUS, Marc; STEGMAIER, Mary; TOSUN, Jale. *Economic Voting under Coalition Governments: Evidence from Germany. Political Science Research and Methods, [S. l.]*, v. 2, n. 1, p. 49–67, 2014. DOI: 10.1017/psrm.2013.16. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/product/identifier/S2049847013000162/type/journal_article.
- DÍAZ, Aida; RIBA, Clara. Catalan Government Popularity. An Example of Economic Effects on Sub-National Government Support. **SSRN Electronic Journal**, n. 34, 1999. Disponível em: <http://www.ssrn.com/abstract=199059>. Acesso em: 27 set. 2020.
- DOWNS, Anthony. An Economic Theory Of Political Action in a Democracy. **The Journal Of Political Economy**, v. 65, n. 2, p. 26-31, 1957.
- DOWNS, Anthony. **Uma Teoria Econômica da Democracia**. São Paulo: Ed. da Edusp, 1999.
- ECHEGARAY, Fabian. Voto econômico ou referendun político? Os determinantes das eleições presidenciais na América Latina – 1982-1994. **Opinião Pública**, Campinas, v. 3, n. 2, p. 88-109, 1995.

ESTUDO ELEITORAL BRASILEIRO (ESEB). 2014. Disponível em: https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados. Acesso em: 16 abr. 2021.

ESTUDO ELEITORAL BRASILEIRO (ESEB). 2018. Disponível em: https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados. Acesso em: 16 abr. 2021.

FERNANDES, Ivan Filipe de Almeida; FERNANDES, Gustavo Andrey de Almeida Lopes. A importância do crescimento econômico local nas eleições de presidentes de governos brasileiros. **Revista de Administração Pública – RAP**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4. p. 653-688, jul-ago. 2017.

FERNANDES, Ivan Filipe de Almeida; FERNANDES, Gustavo Andrey de Almeida Lopes. Economic voting in Brazilian presidential elections: evidence with panel data from municipalities in São Paulo. **Revista Organizações & Sociedade**, v. 26, n. 88, p. 114-137, jan./mar. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1984-92302019000100114&lng=pt&nrm=iso&tlng=en. Acesso em: 2 nov. 2020.

FIALHO, Tânia Marta Maia. Testando a evidência de ciclos políticos no Brasil. **RBE**, Rio de Janeiro, p. 379-389, jul./set. 1997. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/699>. Acesso em: 2 nov. 2020.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto; SILVA JÚNIOR, José Alexandre. Desvendando os mistérios do coeficiente de correlação de Pearson (r). **Revista Política Hoje**, v. 18, n. 1, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politicohoje/article/viewFile/3852/3156>. Acesso em: 4 mar. 2021.

FIORINA, Morris. **Retrospective Voting in American National Elections**. New Haven: Yale University Press, 1981.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **LAPOP: Barômetro das Américas**. FGV, 2019. Disponível em: <http://www.cepesp.io/pesquisas/lapop-barometro-das-americas/>. Acesso em: 21 ago. 2020.

GÉLINEAU, François; BÉLANGER, Éric. Electoral Accountability in a Federal System: National and Provincial Economic Voting in Canada. **Publius: The Journal of Federalism**, v. 35, n. 3, p. 407-424, 2005. Disponível em: <https://academic.oup.com/publius/article-lookup/doi/10.1093/publius/pji028>. Acesso em: 2 out. 2020.

GRAMACHO, Wladimir. Teoria do voto econômico e a recente experiência brasileira. **Em Debate**, Belo Horizonte, v. 1, n. 4, p. 5-10, dez. 2009. Disponível em: <http://opiniaopublica.ufmg.br/site/files/edicao/ed-dez-2009.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2020.

GUILHERME, Cássio Augusto. De Dilma a Temer: da crise do lulismo ao golpe do pemedebismo. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, p. 1-16, 2017. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548953102_29692c9b4c6734d58df74ccc6580d509.pdf. Acesso em: 13 nov. 2020.

JOHNSTON, R. J.; PATTIE, C. J. “It’s the Economy, Stupid” - But Which Economy? Geographical Scales, Retrospective Economic Evaluations and Voting at the 1997 British General Election. **Regional Studies**, v. 35, n. 4, p. 309-319, 2001. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00343400123348>. Acesso em: 3 jun. 2020.

JOVELL, Albert J. **Cuadernos metodológicos: análisis de regresión logística**. Montalban, Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2006.

KONE, Susan L.; WINTERS, Richard F. Taxes and Voting: Electoral Retribution in the American States. **The Journal of Politics**, v. 55, n. 1, p. 22-40, 1993. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.2307/2132226>. Acesso em: 16 jun. 2020.

KRAMER, Gerald H. Short-Term Fluctuations in U.S. Voting Behavior, 1896-1964. **American Political Science Review**, v. 65, p. 131- 143. 1971.

LEWIS-BECK, Michael S.; LOBO, Marina Costa. **The economic vote: ordinary vs. extraordinary times**. Sage Handbook of Electoral Behaviour Publisher: Sage. 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/315714072_Economic_Voting_in_Ordinary_and_Extraordinary_Times. Acesso em: 24 dez. 2020.

MARTINS, Flávia Bozza. **O Voto Econômico na América Latina entre 2004-2012: Avaliação da Economia e do Desempenho do Governo em Políticas Públicas e de Combate à Corrupção**. Dossiê Cadernos de Estudos Sociais e Políticos. Interfaces entre raça, gênero e classe social. p. 96-130. v.07, n.12, 2017. Disponível em: https://www.academia.edu/37536192/Dossi%C3%AA_Interfaces_entre_Ra%C3%A7a_G%C3%AAnero_e_Classe_Social_Cadernos_de_Estudos_Sociais_e_Pol%C3%ADticos_v_7_n_12_2017. Acesso em: 19 mar. 2021.

MARTINS, Rodrigo Caldeira de Almeida. **Análise Económica do Comportamento Eleitoral em Portugal**. 2010. 214 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/13820>. Acesso em: 21 ago. 2020.

MARTINS, Rodrigo; VEIGA, Francisco José. Economic voting in Portuguese municipal elections. **Public Choice**, v. 155, n. 3-4, p. 317–334, 2013. Disponível em: <http://link.springer.com/10.1007/s11127-011-9849-0>. Acesso em: 9 jun. 2020.

MARTINS, Flavia Bozza; VEIGA, Luciana Fernandes; DUTT-ROSS, Steven. Voto Econômico e Clareza de Responsabilidade na América Latina. *In: ENCONTRO ANUAL ANPOCS*, 42., 2018. p. 1-29. Disponível em: http://anpocs.com/images/stories/42encontro/Resumos_2018.pdf. Acesso em: 31 dez. 2020.

MOURA, Maurício; CORBELLINI, Juliano. **A eleição disruptiva: por que Bolsonaro venceu**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

NAVIA, Patricio; OSORIO, Rodrigo. Una aproximación al estado del voto económico en América Latina. **Política**, v. 53, n. 1, p. 7-14, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/645/64544983001.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2020.

NICOLAU, Jairo. **O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

PAULA, Luiz Fernando de; PIRES, Manoel. Crise e perspectivas para a economia brasileira. **Estudos Avançados**, v. 31, n. 89, p. 125-144, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/132423>. Acesso em: 13 nov. 2020.

- PEREIRA, Frederico Batista. Voto econômico retrospectivo e sofisticação política na eleição presidencial de 2002. **Revista de Sociologia e Política**, v. 22, n. 50, p. 149-174, jun. 2014a. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782014000200010&script=sci_arttext. Acesso em: 2 nov. 2020.
- PEREIRA, Frederico Batista. O voto econômico no Brasil. In: BONIFÁCIO, Robert *et al.* (org.). **O voto para presidente no Brasil: 1989 a 2010: condicionantes e fatores explicativos**. Curitiba: Íthala, p. 127-155, 2014b.
- RATTO, Maria. “Accountability” y voto económico en América Latina: un estudio de las pautas de comportamiento electoral entre 1996 y 2004. **Revista Mexicana de Análisis Político y Administración Pública**, n. 3, p. 49-80, 2013.
- REMMER, Karen L. The Political Impact of Economic Crisis in Latin America in the 1980s. **American Political Science Review**, v. 85, n. 3, p. 777-800, 1991.
- REMMER, Karen L.; GÉLINEAU, François. Subnational electoral choice: economic and referendum voting in Argentina, 1983-1999. **Comparative Political Studies** **TUDIES**, v. 36, n. 7, p. 801-821, Sep. 2003. Disponível em: <http://cps.sagepub.com/content/36/7/801>. Acesso em: 15 maio 2020.
- SAKURAI, Sergio Naruhiko; MENEZES-FILHO, Naercio Aquino. Fiscal policy and reelection in Brazilian municipalities. **Public Choice**, v. 137, n. 1-2, p. 301-314, 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/5154854_Fiscal_Policy_and_Reelection_in_Brazilian_Municipalities. Acesso em: 3 nov. 2020.
- SANTOS, Tarianna Lustosa. Voto Econômico na América Latina: uma abordagem em dados em painel (1995-2011). In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA, 1., 2015. p. 1-17. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/SANTOS-Tarianna.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2020.
- SILVA, Rafael da. **Comportamento eleitoral na América Latina e no Brasil: em busca dos determinantes das abstenções, votos brancos e votos nulos**. 2016. 192 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/169659>. Acesso em: 12 maio 2020.
- SINGER, Matthew M. Economic Voting in an Era of (Non)Crisis: The Changing Electoral Agenda in Latin America 1982-2010. **Perspectives on Politics**, v. 45, n. 2, p. 169-185, 2015. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/product/identifier/S1537592718003080/type/journal_article. Acesso em: 2 jul. 2020.
- SCHUMPETER, Joseph. A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. Disponível em: <https://www.institutomillennium.org.br/wp-content/uploads/2013/01/Capitalismo-socialismo-e-democracia-Joseph-A.-Schumpeter.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- VALDINI, Melody E.; LEWIS-BECK, Michael S. Economic Voting in Latin America: Rules and Responsibility. **American Journal of Political Science**, v. 62, n. 2, p. 1-14, 2018. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/ajps.12339>. Acesso em: 10 ago. 2020.

VEIGA, Francisco José; VEIGA, Linda Gonçalves. The Determinants of Vote Intentions in Portugal. **Public Choice**, v. 118, n. 3/4, p. 341-364, 2004. Disponível em: <http://link.springer.com/10.1023/B:PUCH.0000019913.00616.e2>. Acesso em: 2 jun. 2020.

VEIGA, Francisco José; VEIGA, Linda Gonçalves. The impact of local and national economic conditions on legislative election results. **Applied Economics**, v. 42, n. 13, p. 1727-1734, 2010. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00036840701736107>. Acesso em: 25 jun. 2020.

VEIGA, Luciana Fernandes; DUTT-ROSS, Steven. Os determinantes da avaliação da economia na eleição presidencial brasileira em 2014. **Opinião Pública**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 524-549, dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/op/v22n3/1807-0191-op-22-3-0524.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2020.

WEBER, Max. **Interpretação racional e causalidade histórica**. Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2010. Disponível em: http://www.lusosofia.net/textos/weber_max_interpretacao_e_causalidade_historica.pdf. Acesso em: 21 fev. 2021.

WORLD BANK. *World Data Bank*. 2018. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicador>. Acesso em: 16 abr. 2021.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ANÁLISE DE FREQUÊNCIA PARA CADA VARIÁVEL REFERENTE AO ANO 2014

Tabela 12 – Voto para presidente (2014)

		<i>Frequency</i>	<i>Percent</i>	<i>Valid Percent</i>	<i>Cumulative Percent</i>
<i>Valid</i>	Dilma	1078	43,0	48,2	48,2
	Aécio	736	29,4	32,9	81,2
	Outros	421	16,8	18,8	100,0
	Total	2235	89,2	100,0	
<i>Missing</i>	<i>System</i>	271	10,8		
Total		2506	100,0		

Fonte: Elaborada no SPSS com base em ESEB (2014).

Tabela 13 – Avaliação retrospectiva da economia

		<i>Frequency</i>	<i>Percent</i>	<i>Valid Percent</i>	<i>Cumulative Percent</i>
<i>Valid</i>	Pior	694	27,7	28,3	28,3
	Igual	1151	45,9	47,0	75,3
	Melhorou	605	24,1	24,7	100,0
	Total	2449	97,7	100,0	
<i>Missing</i>	<i>System</i>	57	2,3		
Total		2506	100,0		

Fonte: Elaborada no SPSS com base em ESEB (2014).

Tabela 14 – Sentimentos partidários

		<i>Frequency</i>	<i>Percent</i>	<i>Valid Percent</i>	<i>Cumulative Percent</i>
<i>Valid</i>	,00	1418	56,6	61,7	61,7
	1,00	318	12,7	13,8	75,5
	2,00	562	22,4	24,5	100,0
	Total	2298	91,7	100,0	
<i>Missing</i>	<i>System</i>	208	8,3		
Total		2506	100,0		

Fonte: Elaborada no SPSS com base em ESEB (2014).

Tabela 15 – Modelo sexo

		<i>Frequency</i>	<i>Percent</i>	<i>Valid Percent</i>	<i>Cumulative Percent</i>
<i>Valid</i>	Masculino	1196	47,7	47,7	47,7
	Feminino	1310	52,3	52,3	100,0
Total		2506	100,0	100,0	

Fonte: Elaborada no SPSS com base em ESEB (2014).

Tabela 16 – Modelo faixa de idade

	<i>Frequency</i>	<i>Percent</i>	<i>Valid Percent</i>	<i>Cumulative Percent</i>
Valid 16 e 17 anos	27	1,1	1,1	1,1
18 a 24 anos	393	15,7	15,7	16,7
25 a 34 anos	602	24,0	24,0	40,8
35 a 44 anos	478	19,1	19,1	59,8
45 a 54 anos	435	17,4	17,4	77,2
55 a 64 anos	308	12,3	12,3	89,5
65 anos ou mais	264	10,5	10,5	100,0
Total	2506	100,0	100,0	

Fonte: Elaborada no SPSS com base em ESEB (2014).

Tabela 17 – Escolaridade

	<i>Frequency</i>	<i>Percent</i>	<i>Valid Percent</i>	<i>Cumulative Percent</i>
Valid Analfabeto/ Nunca frequentou escola	106	4,2	4,2	4,2
Primário incompleto (até 3ª série do ensino fundamental)	178	7,1	7,1	11,3
Primário completo (4ª. série do ensino fundamental)	335	13,4	13,4	24,7
Ginásio incompleto (até 7ª série do ensino fundamental)	274	10,9	10,9	35,6
Ginásio completo (8ª série do ensino fundamental)	303	12,1	12,1	47,7
Colegial incompleto (até 2ª série do ensino médio)	203	8,1	8,1	55,8
Colegial completo (3ª série do ensino médio)	675	26,9	26,9	82,7
Ensino universitário incompleto ou especialização (técnico após ensino médio)	203	8,1	8,1	90,8
Ensino universitário completo	196	7,8	7,8	98,7
Pós-graduação ou mais	34	1,3	1,3	100,0
Total	2506	100,0	100,0	

Fonte: Elaborada no SPSS com base em ESEB (2014).

Tabela 18 – Faixa de renda familiar

		<i>Frequency</i>	<i>Percent</i>	<i>Valid Percent</i>	<i>Cumulative Percent</i>
<i>Valid</i>	Até R\$ 724,00 (até 1 salário mínimo)	277	11,1	12,6	12,6
	De R\$ 725,00 até R\$ 1.448,00 (mais de 1 até 2 salários-mínimos)	601	24,0	27,3	39,9
	De R\$ 1.449,00 até R\$ 3.620,00 (mais de 2 até 5 salários-mínimos)	998	39,8	45,3	85,2
	De R\$ 3.621,00 até R\$ 7.240,00 (mais de 5 até 10 salários-mínimos)	249	9,9	11,3	96,5
	De R\$ 7.241,00 a R\$ 10.860,00 (mais de 10 até 15 salários-mínimos)	39	1,6	1,8	98,3
	De R\$ 10.861,00 a R\$ 14.480,00 (mais de 15 até 20 salários-mínimos)	8	,3	,4	98,6
	Mais de R\$ 14.480,00 (mais de 20 salários-mínimos)	30	1,2	1,4	100,0
	Total	2202	87,9	100,0	
<i>Missing</i>	Não sabe (espontânea)	94	3,8		
	Não respondeu (espontânea)	202	8,1		
	Não se Aplica	8	,3		
Total	304	12,1			
Total	2506	100,0			

Fonte: Elaborada no SPSS com base em ESEB (2014).

Tabela 19 – Região

		<i>Frequency</i>	<i>Percent</i>	<i>Valid Percent</i>	<i>Cumulative Percent</i>
<i>Valid</i>	Norte	196	7,8	7,8	7,8
	Nordeste	646	25,8	25,8	33,6
	Sudeste	1106	44,1	44,1	77,7
	Sul	364	14,5	14,5	92,3
	Centro-Oeste	194	7,7	7,7	100,0
Total	2506	100,0	100,0		

Fonte: Elaborada no SPSS com base em ESEB (2014).

APÊNDICE B – ANÁLISE DE FREQUÊNCIA PARA CADA VARIÁVEL REFERENTE AO ANO 2018

Tabela 20 – Voto para presidente (2018)

		<i>Frequency</i>	<i>Percent</i>	<i>Valid Percent</i>	<i>Cumulative Percent</i>
<i>Valid</i>	Meirelles	13	,5	,7	,7
	Bolsonaro	838	33,4	43,9	44,6
	Haddad	554	22,1	29,0	73,6
	Outros	503	20,1	26,4	100,0
	Total	1908	76,1	100,0	
<i>Missing</i>	System	598	23,9		
Total		2506	100,0		

Fonte: Elaborada no SPSS com base em ESEB (2018).

Tabela 21 – Avaliação retrospectiva da economia

		<i>Frequency</i>	<i>Percent</i>	<i>Valid Percent</i>	<i>Cumulative Percent</i>
<i>Valid</i>	1,00	1093	43,6	44,7	44,7
	2,00	518	20,7	21,2	65,9
	3,00	484	19,3	19,8	85,7
	4,00	301	12,0	12,3	98,0
	5,00	50	2,0	2,0	100,0
	Total	2446	97,6	100,0	
<i>Missing</i>	System	60	2,4		
Total		2506	100,0		

Fonte: Elaborada no SPSS com base em ESEB (2018).

Tabela 22 – Sentimentos partidários

		<i>Frequency</i>	<i>Percent</i>	<i>Valid Percent</i>	<i>Cumulative Percent</i>
<i>Valid</i>	,00	1571	62,7	65,5	65,5
	1,00	575	22,9	24,0	89,5
	2,00	252	10,1	10,5	100,0
	Total	2398	95,7	100,0	
<i>Missing</i>	System	108	4,3		
Total		2506	100,0		

Fonte: Elaborada no SPSS com base em ESEB (2018).

Tabela 23 – Modelo sexo

		<i>Frequency</i>	<i>Percent</i>	<i>Valid Percent</i>	<i>Cumulative Percent</i>
<i>Valid</i>	Masculino	1190	47,5	47,5	47,5
	Feminino	1316	52,5	52,5	100,0
	Total	2506	100,0	100,0	

Fonte: Elaborada no SPSS com base em ESEB (2018).

Tabela 24 – Modelo faixa de idade

	<i>Frequency</i>	<i>Percent</i>	<i>Valid Percent</i>	<i>Cumulative Percent</i>
Valid 16 e 17	23	,9	,9	,9
18 a 24	395	15,8	15,8	16,7
25 a 34	539	21,5	21,5	38,2
35 a 44	518	20,7	20,7	58,9
45 a 54	450	18,0	18,0	76,8
55 a 64	356	14,2	14,2	91,0
65 e mais	225	9,0	9,0	100,0
Total	2506	100,0	100,0	

Fonte: Elaborada no SPSS com base em ESEB (2018).

Tabela 25 – Escolaridade

	<i>Frequency</i>	<i>Percent</i>	<i>Valid Percent</i>	<i>Cumulative Percent</i>
Valid Analfabeto/ Nunca frequentou escola	73	2,9	2,9	2,9
Primário incompleto (até 3ª série ou 4º ano do ensino fundamental)	214	8,5	8,5	11,5
Primário completo (4ª. série ou 5º ano do ensino fundamental)	294	11,7	11,7	23,2
Ginásio incompleto (até 7ª série ou 8º ano do ensino fundamental)	188	7,5	7,5	30,7
Ginásio completo (8ª série ou 9º ano do ensino fundamental)	226	9,0	9,0	39,7
Colegial incompleto (até 2ª série do ensino médio)	193	7,7	7,7	47,4
Colegial completo (3ª série do ensino médio)	748	29,8	29,8	77,3
Ensino universitário incompleto ou especialização (técnico após ensino médio)	296	11,8	11,8	89,1
Ensino universitário completo	236	9,4	9,4	98,5
Pós-graduação ou mais	38	1,5	1,5	100,0
Total	2506	100,0	100,0	

Fonte: Elaborada no SPSS com base em ESEB (2018).

Tabela 26 – Faixa de renda familiar

	<i>Frequency</i>	<i>Percent</i>	<i>Valid Percent</i>	<i>Cumulative Percent</i>
<i>Valid</i> Até R\$ 954,00 (até 1 salário-mínimo)	537	21,4	21,4	21,4
Mais de R\$ 954,00 até R\$ 1.908,00 (mais de 1 até 2 salários-mínimos)	688	27,5	27,5	48,9
Mais de R\$ 1.908,00 até R\$ 4.770,00 (mais de 2 até 5 salários-mínimos)	799	31,9	31,9	80,8
Mais de R\$ 4.770,00 até R\$ 9.540,00 (mais de 5 até 10 salários-mínimos)	193	7,7	7,7	88,5
Mais de R\$ 9.540,00 até R\$ 14.310,00 (mais de 10 até 15 salários-mínimos)	30	1,2	1,2	89,7
Mais de R\$ 14.310,00 até R\$ 19.080,00 (mais de 15 até 20 salários-mínimos)	9	,4	,4	90,0
Mais de R\$ 19.080,00 (mais de 20 salários-mínimos)	10	,4	,4	90,4
Não sabe (Esp.)	119	4,7	4,7	95,2
Não respondeu (Esp.)	121	4,8	4,8	100,0
Total	2506	100,0	100,0	

Fonte: Elaborada no SPSS com base em ESEB (2018).

Tabela 27 – Região

	<i>Frequency</i>	<i>Percent</i>	<i>Valid Percent</i>	<i>Cumulative Percent</i>
<i>Valid</i> Norte	196	7,8	7,8	7,8
Nordeste	644	25,7	25,7	33,5
Sudeste	1092	43,6	43,6	77,1
Sul	378	15,1	15,1	92,2
Centro Oeste	196	7,8	7,8	100,0
Total	2506	100,0	100,0	

Fonte: Elaborada no SPSS com base em ESEB (2018).

APÊNDICE C – MODELO DE REGRESSÃO LOGÍSTICA MULTINOMIAL REFERENTE
A ELEIÇÃO DE 2014

Tabela 28 – *Model Fitting Information*

<i>Model</i>	<i>Model Fitting Criteria</i>	<i>Likelihood Ratio Tests</i>		
	<i>-2 Log Likelihood</i>	<i>Chi-Square</i>	<i>df</i>	<i>Sig.</i>
Intercept Only	3,314E3			
Final	2,947E3	367,720	20	,000

O modelo é significativo (,000)

Fonte: Elaborada no SPSS com base em ESEB (2014).

Tabela 29 – *Pseudo R-Square*

Cox and Snell	,187
Nagelkerke	,214
McFadden	,100

Tabela 30 – *Likelihood Ratio Tests*

<i>Effect</i>	<i>Model Fitting Criteria</i>	<i>Likelihood Ratio Tests</i>		
	<i>-2 Log Likelihood of Reduced Model</i>	<i>Chi-Square</i>	<i>df</i>	<i>Sig.</i>
Intercept	2,947E3	,000	0	.
Ava_Retro_Econ	3,047E3	100,507	2	,000
Sent_Part	2,967E3	20,326	2	,000
D1B_FXIDADE	2,950E3	3,096	2	,213
D3_ÉSCOLA	2,971E3	24,498	2	,000
D20A_FXRENDF AM	2,975E3	27,890	2	,000
D2_SEXO	2,948E3	,796	2	,672
REGIÃO	3,041E3	93,949	8	,000

The chi-square statistic is the difference in -2 log-likelihoods between the final model and a reduced model. The reduced model is formed by omitting an effect from the final model. The null hypothesis is that all parameters of that effect are 0.

a. This reduced model is equivalent to the final model because omitting the effect does not increase the degrees of freedom.

Fonte: Elaborada no SPSS com base em ESEB (2014).

Tabela 31 – *Parameter Estimates*

<i>Voto_1T_3_Cat^a</i>	<i>B</i>	<i>Std. Error</i>	<i>Wald</i>	<i>df</i>	<i>Sig.</i>	<i>Exp(B)</i>	<i>95% Confidence Interval for Exp(B)</i>	
							<i>Lower Bound</i>	<i>Upper Bound</i>
Intercept	-1,031	,380	7,348	1	,007			
Ava_Retro_Econ	-,726	,083	76,324	1	,000	,484	,411	,569
Sent_Part	-,214	,069	9,524	1	,002	,808	,705	,925
D1B_FXIDADE	,029	,042	,489	1	,484	1,030	,949	1,117
D3_ESCOLA	,103	,031	11,214	1	,001	1,108	1,043	1,177
D20A_FXRENDFAM	,321	,062	26,502	1	,000	1,378	1,220	1,557
Aécio [D2_SEXO=1]	-,049	,118	,171	1	,679	,952	,755	1,201
[D2_SEXO=2]	0 ^b	.	.	0
[REGIÃO=1]	,161	,305	,278	1	,598	1,174	,646	2,134
[REGIÃO=2]	-,781	,275	8,076	1	,004	,458	,267	,785
[REGIÃO=3]	,230	,251	,843	1	,359	1,259	,770	2,060
[REGIÃO=4]	,649	,274	5,593	1	,018	1,913	1,117	3,274
[REGIÃO=5]	0 ^b	.	.	0
Intercept	-1,079	,456	5,613	1	,018			
Ava_Retro_Econ	-,703	,097	52,175	1	,000	,495	,409	,599
Sent_Part	-,339	,083	16,731	1	,000	,712	,606	,838
D1B_FXIDADE	-,059	,049	1,481	1	,224	,942	,856	1,037
D3_ESCOLA	,165	,036	21,015	1	,000	1,179	1,099	1,265
D20A_FXRENDFAM	,112	,073	2,342	1	,126	1,119	,969	1,292
Outros [D2_SEXO=1]	-,122	,137	,789	1	,374	,885	,676	1,159
[D2_SEXO=2]	0 ^b	.	.	0
[REGIÃO=1]	-,497	,431	1,330	1	,249	,609	,262	1,415
[REGIÃO=2]	,162	,329	,242	1	,623	1,176	,617	2,242
[REGIÃO=3]	,585	,316	3,417	1	,065	1,795	,965	3,336
[REGIÃO=4]	-,023	,369	,004	1	,950	,977	,474	2,013
[REGIÃO=5]	0 ^b	.	.	0

a. The reference category is: Dilma.

b. This parameter is set to zero because it is redundant.

Fonte: Elaborada no SPSS com base em ESEB (2014).

APÊNDICE D – MODELO DE REGRESSÃO LOGÍSTICA MULTINOMIAL REFERENTE
A ELEIÇÃO DE 2018

Tabela 32 – *Model Fitting Information*

<i>Model</i>	<i>Model Fitting Criteria</i>		<i>Likelihood Ratio Tests</i>	
	<i>-2 Log Likelihood</i>	<i>Chi-Square</i>	<i>df</i>	<i>Sig.</i>
Intercept Only	3,745E3			
Final	3,408E3	336,773	30	,000

Fonte: Elaborada no SPSS com base em ESEB (2018).

Tabela 33 – *Pseudo R-Square*

Cox and Snell	,169
Nagelkerke	,190
McFadden	,084

Tabela 34 – *Likelihood Ratio Tests*

<i>Effect</i>	<i>Model Fitting Criteria</i>		<i>Likelihood Ratio Tests</i>	
	<i>-2 Log Likelihood of Reduced Model</i>	<i>Chi-Square</i>	<i>df</i>	<i>Sig.</i>
Intercept	3,408E3	,000	0	.
Ava_Econ_Atual	3,425E3	16,531	3	,001
Senti_Partí	3,475E3	66,735	3	,000
D1A_FAIXAID	3,410E3	1,654	3	,647
D3_ESCOLA	3,467E3	58,782	3	,000
D9B_FAIXA_RENDAF	3,424E3	15,712	3	,001
D2_SEXO	3,442E3	33,389	3	,000
REG	3,522E3	114,006	12	,000

The chi-square statistic is the difference in -2 log-likelihoods between the final model and a reduced model. The reduced model is formed by omitting an effect from the final model. The null hypothesis is that all parameters of that effect are 0.

a. This reduced model is equivalent to the final model because omitting the effect does not increase the degrees of freedom.

Fonte: Elaborada no SPSS com base em ESEB (2018).

Tabela 35 – *Parameter Estimates*

	<i>Voto_Pres_2018^a</i>	<i>B</i>	<i>Std. Error</i>	<i>Wald</i>	<i>df</i>	<i>Sig.</i>	<i>Exp(B)</i>	<i>95% Confidence Interval for Exp(B)</i>	
								<i>Lower Bound</i>	<i>Upper Bound</i>
Bolsonaro	Intercept	5,250	1,962	7,162	1	,007			
	Ava_Econ_Atual	-,024	,265	,008	1	,929	,977	,582	1,641
	Senti_Part	,684	,577	1,406	1	,236	1,981	,640	6,135
	D1A_FAIXAID	-,188	,207	,822	1	,365	,829	,552	1,244
	D3_ESCOLA	-,327	,172	3,623	1	,057	,721	,514	1,010
	D9B_FAIXA_RENDAF	,493	,348	2,009	1	,156	1,637	,828	3,236
	[D2_SEXO=1]	,320	,607	,278	1	,598	1,377	,419	4,529
	[D2_SEXO=2]	0 ^b	.	.	0
	[REG=1]	,316	1,443	,048	1	,827	1,371	,081	23,186
	[REG=2]	,806	1,440	,313	1	,576	2,240	,133	37,696
	[REG=3]	,969	1,239	,612	1	,434	2,636	,232	29,892
	[REG=4]	-1,512	1,094	1,912	1	,167	,220	,026	1,880
	[REG=5]	0 ^b	.	.	0
Haddad	Intercept	5,848	1,976	8,763	1	,003			
	Ava_Econ_Atual	-,233	,267	,765	1	,382	,792	,469	1,336
	Senti_Part	1,026	,578	3,150	1	,076	2,791	,898	8,671
	D1A_FAIXAID	-,224	,209	1,153	1	,283	,799	,531	1,203
	D3_ESCOLA	-,460	,173	7,082	1	,008	,631	,450	,886
	D9B_FAIXA_RENDAF	,487	,348	1,960	1	,162	1,627	,823	3,217
	[D2_SEXO=1]	-,299	,612	,239	1	,625	,742	,223	2,460
	[D2_SEXO=2]	0 ^b	.	.	0
	[REG=1]	,463	1,455	,101	1	,750	1,589	,092	27,511
	[REG=2]	1,920	1,448	1,758	1	,185	6,822	,399	116,541
	[REG=3]	,886	1,250	,502	1	,479	2,426	,209	28,124
	[REG=4]	-1,545	1,109	1,939	1	,164	,213	,024	1,877
	[REG=5]	0 ^b	.	.	0
Outros	Intercept	3,988	1,974	4,082	1	,043			
	Ava_Econ_Atual	-,050	,266	,035	1	,852	,952	,565	1,602
	Senti_Part	,225	,580	,150	1	,698	1,252	,402	3,902
	D1A_FAIXAID	-,204	,208	,958	1	,328	,816	,542	1,227
	D3_ESCOLA	-,220	,173	1,617	1	,204	,803	,572	1,126
	D9B_FAIXA_RENDAF	,495	,348	2,030	1	,154	1,641	,830	3,244
	[D2_SEXO=1]	-,193	,610	,099	1	,752	,825	,249	2,729
	[D2_SEXO=2]	0 ^b	.	.	0
	[REG=1]	,300	1,461	,042	1	,837	1,350	,077	23,658
	[REG=2]	1,947	1,450	1,803	1	,179	7,005	,409	120,074
	[REG=3]	1,652	1,250	1,746	1	,186	5,220	,450	60,534
	[REG=4]	-,865	1,108	,610	1	,435	,421	,048	3,694
	[REG=5]	0 ^b	.	.	0

a. The reference category is: Meirelles.

b. This parameter is set to zero because it is redundant.

Fonte: Elaborada no SPSS com base em ESEB (2018).